

Sujeito e predicado

No capítulo anterior, investigamos o que são propriedades tendo como ponto de partida a doutrina tradicional, de acordo com a qual somente propriedades podem corresponder a predicados. Consequentemente, a noção de predicado desempenha um papel central em nossa concepção de propriedade. Isto ocorre tanto do ponto de vista da intensão quanto do ponto de vista da extensão da noção de propriedade. Deste modo, um elemento fundamental no desenvolvimento de nossa caracterização de propriedade é concepção analítico-linguística de predicado. Além disso, formulamos a pergunta pela existência de uma propriedade em termos da existência de uma diferença entre uma situação na qual o predicado correspondente se aplica a um objeto e outra na qual ele não se aplica.

Nós caracterizamos a noção de predicado no início do primeiro capítulo a partir da distinção de Chateaubriand entre sujeito e predicado. Toda sentença diz algo sobre algo, e aquela parte da sentença usada para dizer algo sobre aquilo do qual falamos é o predicado. No entanto, em nenhum momento oferecemos algum tipo de elucidação desta distinção entre sujeito e predicado, e ao longo de nosso primeiro capítulo falamos frouxamente de predicado em contraposição a termos singulares. Enquanto que, de um ponto de vista puramente extensional, as distinções sujeito/predicado e termo singular/predicado parecem coincidir ou serem equivalentes, não é nada claro se elas coincidem em significado. Em especial, não é claro em que sentido se pode falar de sujeito e predicado: se esta é uma distinção primariamente linguística ou primariamente metafísica, se é uma distinção relativa ou absoluta.

Outro aspecto obscuro da distinção entre sujeito e predicado diz respeito à sua aplicação a sentenças complexas. Diante de sentenças como “ a é F ” e “ F é G^2 ”, onde “ G^2 ” é um predicado de segunda ordem, é razoável afirmar que seus

sujeitos são “ a ” e “ F ” e seus predicados são “ F ” e “ G ”, respectivamente (embora existam divergências sobre se sujeitos e predicados são expressões linguísticas ou são as entidades correspondentes às expressões). Mesmo estes casos já não são tão claros quanto parecem, uma vez que uma sentença da forma “ a é F ” pode também ter interpretações alternativas de sua estrutura sujeito/predicado, por exemplo, ela pode ser interpretada como dizendo, de a e F , que o objeto instancia a propriedade. A situação se torna ainda mais obscura quando nos perguntamos sobre os sujeitos e os predicados de sentenças como “ $\forall xFx$ ” e “ $\neg(Fa \rightarrow \neg Ga)$ ”. Neste ponto, as respostas costumam ser menos óbvias e, no caso de sentenças compostas por conectivos, mais comprometedoras de um ponto de vista ontológico.

Assim, se assumimos que o predicado de “ $\neg(Fa \rightarrow \neg Ga)$ ” é a expressão complexa “ $\neg(Fx \rightarrow \neg Gx)$ ”, nos comprometemos com a existência de uma propriedade negada complexa. Tal impressão se fortalece na medida em que defendemos que a todo predicado razoavelmente bem definido corresponde uma propriedade. Por outro lado, se aquele mesmo enunciado é entendido de modo a dispensar a ideia de predicado logicamente composto, então não parece haver lugar para propriedades compostas em nossa ontologia. Torna-se necessário, então, investigar mais detidamente a noção de predicado para, com isto, tornar mais claras as concepções desenvolvidas no capítulo anterior e determinar com mais detalhes a extensão da noção de propriedade. Em especial, o esclarecimento da noção de predicado mostra-se fundamental para determinar se, dentre aquilo que podemos legitimamente chamar de propriedades, encontram-se propriedades negadas ou negativas.

Nosso exame da noção de predicado envolve, de início, uma tarefa dupla: a de caracterizar a distinção entre sujeito e predicado e a de aplicar esta distinção aos diversos tipos de sentenças esclarecendo, assim, a extensão de nossa noção de predicado. Em nossa primeira seção, examinamos em que sentido podemos falar de sujeito e de predicado e como podemos caracterizar esta distinção. O primeiro problema com o qual nos deparamos ao tentar esclarecer a distinção entre sujeito e predicado é a ambiguidade entre expressão-predicado e entidade-predicado e também entre expressão-sujeito e entidade-sujeito. A dificuldade diz respeito não apenas a eliminar esta ambiguidade distinguindo entre expressão linguística e entidade correspondente, mas também em dizer se é a expressão linguística ou a

propriedade correspondente que é predicado acerca do sujeito. A partir da recusa da sinonímia entre “*Fa*” e “*a* instancia *F*”, concluímos que é a expressão linguística que é o predicado no sentido primário do termo. Apenas em um sentido secundário aquilo que é predicado é a propriedade correspondente à expressão linguística.

A partir deste esclarecimento, partimos propriamente para uma caracterização da distinção entre sujeito e predicado. A distinção sujeito/predicado de Chateaubriand, usada por nós, envolve uma distinção entre diferentes funções semânticas. No restante da seção, examinamos a tentativa de Geach de definição de sujeito e predicado em termos de funções semânticas, bem como contrastamos a distinção de Chateaubriand com a distinção metafísica de Strawson entre sujeito e predicado. Na medida em que a distinção de Chateaubriand possui um caráter contextual – ela diz respeito a que, em um determinado contexto, estamos falando acerca do que – ela não é capturada pela caracterização de Geach. Por esta razão, e também por ser uma distinção fundada na função semântica das partes da sentença e não nas entidades correspondentes, a distinção de Chateaubriand também difere daquela de Strawson. Ao fim desta seção, propomos uma definição de sujeito e predicado nas linhas da distinção de Chateaubriand, e argumentamos que, a partir desta caracterização, se segue a assimetria entre sujeito e predicado.

A segunda e terceira seção empreendem a segunda tarefa discernida acima, a saber, aquela referente à aplicação da distinção entre sujeito e predicado e à extensão da noção de predicado. Na segunda seção, tratamos de aplicar a análise de sujeito e predicado a sentenças simples, em especial, a sentenças relacionais. Como uma consequência do caráter contextual da distinção entre sujeito e predicado, mesmo enunciados atômicos admitem diversas análises. Por exemplo, “*Rab*” pode ser entendido tanto como dizendo algo sobre *a* e *b* quanto como falando algo sobre somente *a*, sobre somente *b* e, inclusive, sobre a relação *Rxy*. Surgem, assim, dúvidas sobre o caráter lógico (e semântico) da distinção entre sujeito e predicado: distinção entre sujeito e predicado em termos do que é dito sobre o que pareceria ser uma distinção meramente estilística.

Porém, quando interpretamos “*Rab*” como afirmando, de *a*, que ele é *Rxb*, não é o fato de “*b*” não denotar que não torna a sentença desprovida de valor de verdade, mas sim é o fato de não existir uma propriedade correspondente ao predicado “*Rxb*”. Surge, desta vez, o problema referente ao modo de entender

predicados da forma “ Rxb ”, em particular, o problema de mostrar de que modo tais predicados evitam o compromisso com a denotação dos termos singulares que os compõem. Argumentamos assim, que as propriedades correspondentes a predicados da forma “ Rxb ” não envolvem o objeto b , mas sim um sentido deste objeto, i. e., uma propriedade que sirva para identificar o objeto denotado pela expressão “ b ”. Desta maneira, podemos distinguir semanticamente e logicamente cada uma das leituras possíveis em termos de sujeito e predicado por meio de seus compromissos ontológicos. Ao final da seção, procuramos esclarecer em que sentido falamos de “diversas interpretações/leituras” de uma sentença em termos de sujeito e predicado. As diferentes análises em sujeito e predicado de uma mesma sentença corresponderiam a diferentes modos de compreender suas condições de verdade e, também, à forma lógica da sentença em questão.

Na terceira seção, aplicamos a distinção entre sujeito e predicado às sentenças complexas. Sentenças quantificadas são analisadas, contra Strawson, como predicções de segunda ordem, ao estilo de Frege e Chateaubriand. A partir da análise de Chateaubriand da distinção russelliana entre ocorrências primárias e secundárias de descrições definidas, argumentamos que, em certos contextos, os chamados conetivos sentenciais atuam na verdade como operadores de predicado e, em outros contextos, como operadores sentenciais. Os contextos sentenciais, porém, são contextos nos quais nega-se a verdade da sentença original: a negação sentencial de “ p ” é “não é verdade que p ”, onde a negação atua sobre o predicado “é verdade que ϕ ”. Em termos de sujeito e predicado, a negação predicativa de “ a é F ” resulta em “ a é não- F ”, na qual o predicado é alterado. A negação sentencial deste mesmo enunciado resulta em “não é verdade que a é F ”, na qual o sujeito é a proposição a é F e o predicado é o predicado negado “não é verdade que ϕ ”. Todos os conetivos lógicos, assim, seriam operadores de predicado.

É necessário, porém, distinguir entre usos predicativos dos conetivos e usos sentenciais ou proposicionais – com os conetivos operando sobre o predicado de verdade. O terceiro excluído falha para os conetivos em seus usos predicativos – aplicados sobre predicados que não o de verdade. Em particular, a negação predicativa de um enunciado não será verdadeira nem falsa quando o enunciado original for nem verdadeiro nem falso. No entanto, o terceiro excluído é válido com respeito aos usos sentenciais. A negação “não é verdade que p ” será

verdadeira tanto no caso no qual “ p ” for falsa quanto no caso no qual “ p ” for nem verdadeira nem falsa.

A análise sujeito/predicado de sentenças complexas traz à tona dois novos tipos de entidades: propriedades complexas e proposições. Na quarta e última seção do capítulo, investigamos o que são estas novas entidades e a legitimidade de propriedades complexas. Consideramos a possibilidade de entender as condições de aplicação de predicados complexos como, por exemplo, “ $Fx \wedge Gx$ ” em termos de duas propriedades simples Fx e Gx e não em termos de uma propriedade complexa $Fx \wedge Gx$. Tal concepção não consegue dar conta do fato das condições de aplicação de, por exemplo, “ $Fx \wedge Gx$ ” e “ $Fx \rightarrow Gx$ ” serem diferentes. Neste caso, a aceitação de propriedades complexas correspondendo a predicados complexos é inevitável. Contudo, as propriedades correspondentes a predicados compostos, como argumentamos, não são compostas por outras propriedades, mas se caracterizam por manter certas relações lógicas com as propriedades correspondentes aos predicados simples. Por exemplo, a propriedade $Fx \wedge Gx$ se caracteriza não por ser composta pelas propriedades Fx e Gx , mas sim por se relacionar com estas de tal modo que, necessariamente, se $Fx \wedge Gx$ é instanciada por um objeto, então este objeto também instancia Fx e, além disso, também instancia Gx .

A seguir, seguindo a concepção de Chateaubriand de proposições como sentidos (ontológicos) de estados de coisas, procuramos esclarecer o que seriam proposições. Bem como podemos falar de condições de aplicação de um predicado, também podemos falar das condições de verdade de uma sentença. Aplicando a distinção sujeito e predicado à ““ F ” se aplica a um objeto se e somente este objeto é F ”, podemos esclarecer a distinção entre critério de aplicação de um predicado do seguinte modo. Por um lado, podemos ler esta sentença como dizendo algo sobre o predicado F . Neste caso, a sentença expressa o critério de aplicação do predicado e determina uma propriedade como seu significado, a saber, a propriedade “ Z ” *se aplica a um objeto se e somente este objeto é F* . Por outro lado, podemos interpretar o enunciado como dizendo da propriedade F que ela é tal que “ F ” se aplica a algo se e somente se este algo instancia a propriedade, do qual podemos derivar um sentido da propriedade. A proposição “ Fa ”, conseqüentemente, pode ser entendida linguisticamente em

termos da propriedade *ser a instanciación da propriedade que é a condição de aplicação de “F” e o objeto identificado por “a”*, que é o sentido de um estado de coisas.

No entanto, esta noção de proposição não é adequada para a lógica proposicional, que é independente da linguagem. Assim, distinguimos uma noção de proposição linguística na qual os sentidos da propriedade e do objeto são relativos à linguagem, como descrito acima, e outra noção ontológica, na qual os sentidos são independentes da linguagem. Enquanto que a noção linguística de proposição é mais adequada como uma noção de significado linguístico, a noção ontológica seria aquela envolvida na lógica proposicional, onde a existência de proposições é independente da existência de qualquer linguagem em particular.

2.1.

Sujeito, predicado e função semântica

No capítulo anterior, operamos com uma noção de predicado que era francamente inspirada, por um lado, na noção de Tugendhat de predicado e, por outro lado, na distinção entre sujeito e predicado formulada por Chateaubriand. De acordo com a concepção de Tugendhat, o predicado é aquela parte da sentença predicativa que possui a função de caracterizar o objeto denotado pelo termo singular. Assim, há uma divisão de trabalho na sentença predicativa: os termos singulares possuem a função de identificar aquilo que é caracterizado pelo predicado; o predicado possui a função de caracterizar aquilo que é identificado pelo termo singular. A distinção de Chateaubriand é formulada do seguinte modo. Parte-se da premissa platônica e Aristotélica de que todo enunciado afirma algo sobre algo. Como consequência, diante de qualquer sentença podemos perguntar o que ela diz acerca do quê. Aquilo do qual se diz algo é o sujeito; aquilo que afirmamos sobre o sujeito da sentença é seu predicado.¹

Logo de início, nos deparamos com uma ambiguidade no uso da noção de predicado em contraposição à noção de sujeito. Em um sentido, o predicado de

¹ Cf. CHATEAUBRIAND, 2001, p. 93ss, 2007, pp. 199 - 203.

uma sentença da forma “*Fa*” é a expressão linguística “*F*”. Em outro sentido, é a propriedade correspondente à “*F*” que é o predicado da sentença. Da mesma maneira, em um sentido, o sujeito de uma sentença é a entidade da qual fala a sentença, no outro sentido, é a expressão que identifica esta entidade. Poder-se-ia tentar resolver esta ambiguidade distinguindo entre expressão predicativa ou expressão predicado – “*F*” – e a propriedade que é predicada do sujeito. A mesma distinção seria realizada também com relação à noção de sujeito: temos, por um lado, a entidade da qual fala a sentença, que chamamos de o sujeito da sentença; por outro lado, temos a expressão que identifica esta entidade, a qual designamos a expressão sujeito.

De posse das distinções entre sujeito e expressão sujeito e entre predicado e expressão predicativa, podemos, agora, unir a distinção de Chateaubriand com a concepção tugendhatiana de predicado e formular a distinção entre sujeito e predicado em termos das funções semânticas envolvidas em uma sentença assertórica. Em uma asserção da forma “*Fa*”, temos uma expressão que possui a função semântica de identificar a entidade acerca da qual fala a sentença e outra expressão que possui a função de caracterizar esta entidade. Expressões da primeira classe são expressões sujeito, e o *sujeito* da sentença é a entidade denotada por estas expressões. Expressões da segunda classe são expressões predicado, e o *predicado* da sentença é a entidade correspondente à sua expressão predicado.

A terminologia fixada acima sugere a concepção de acordo com a qual a distinção sujeito e predicado é primariamente uma distinção entre entidades. Por um lado, temos a entidade da qual predicamos algo, o sujeito; por outro lado, temos a entidade que é predicada do sujeito, que é o predicado da sentença. Consequentemente, a expressão linguística “*F*”, em “*Fa*”, poderia ser chamada de predicado somente em um sentido derivativo, na medida em que ela corresponde à propriedade que é predicada do objeto. Esta parece ser a posição de Strawson, que defende que “toda proposição sujeito-predicado é uma asserção de uma ligação [*tie*] não relacional entre termos [entidades]”². Em outras palavras, embora não

² “(...) all subject-predicate proposition is an assertion of a non-relational tie between terms” (Strawson, 1959, p. 175). Em STRAWSON, 1998, p.383 afirma-se: “the basic case of reference-predication combination may, and should, be seen as that which a single designated spatio-temporal particular is the object of reference and a general concept or universal is predicated of it (...)”.

exista uma propriedade relacional correspondente à “ x instancia Z ”, toda proposição sujeito-predicado afirma que uma entidade (o sujeito) instancia uma propriedade (o predicado). Desta maneira, “ Fa ” teria o mesmo significado que “ a instancia F ”.

Ao entender a distinção entre sujeito e predicado em termos de uma propriedade que é predicada de um objeto (ou de outra propriedade), assume-se implicitamente uma concepção de acordo com a qual a expressão sujeito e a expressão predicado não se distinguem com respeito à sua função. Este aspecto vem à tona quando observamos que em “ a instancia F ” a expressão “ F ” não é aplicada ao objeto denotado por “ a ”, mas sim é usada para identificar uma propriedade que, segundo a asserção, seria instanciada por (ou ligada não relacionalmente a) a . Não apenas “ Fa ” e “ a instancia Fx ” seriam sinônimas, mas, principalmente, é a segunda sentença que esclareceria ou explicitaria o significado da primeira, pois tornaria explícito que com “ Fa ” nós asserimos a ligação não relacional entre o objeto a e a propriedade F . Quem compreende “ Fa ” compreenderia que, com esta sentença, asserimos a instanciação – ou ligação não relacional – entre o objeto a e a propriedade F .

No entanto, como argumentamos anteriormente³, não podemos explicar o significado de “ a instancia F ” sem recorrer à compreensão prévia de “ Fa ”. Consequentemente, não é “ a instancia F ” que esclarece o significado de “ Fa ”, mas sim o inverso. Além disso, supondo que F seja uma propriedade vaga (ou um predicado vago) tal que a não é e nem deixa de ser F , “ Fa ” será sem valor de verdade, enquanto que “ a instancia F ” será falsa. Por exemplo, o fato de Fulano não ser nem deixar de ser calvo implica que “Fulano é calvo” não é nem verdadeira, nem falsa. Porém, pela mesma razão, ele não instancia a propriedade *ser calvo*, pois a propriedade vaga em questão é *ser calvo* e não a propriedade de instanciação ou o predicado de instanciação. “ Fa ” e “ a instancia F ”, assim, não são nem sequer sinônimas.

Do mesmo modo que “ Fa ” e “ a instancia F ” não são sinônimas, “ Fa ” também não é sinônima de ““ F ” se aplica a a ”. A não sinonímia deste enunciados é muito mais fácil de ser mostrada. Se “ F ” e “ G ” são sinônimos, “ Fa ” e “ Ga ” possuem o mesmo significado enquanto que ““ F ” se aplica a a ” e ““ G ” se aplica a

³ Cf. seção 1.1 acima.

a” não o são, uma vez que dizem algo de expressões linguísticas diferentes. Consequentemente, assim como “*Fa*” não asserir uma ligação não relacional entre objeto e propriedade, este enunciado também não afirma que o predicado se aplica ao objeto. Porém, podemos afirmar que a expressão linguística é predicada do sujeito na medida em que, ao asserir “*Fa*”, realizamos uma ação que consiste em aplicar “*F*” ao objeto identificado por “*a*”.

De fato, então, devemos distinguir entre a expressão predicado em “*Fa*” e a propriedade que, naquela sentença, é predicada de *a*. No entanto, propriedades seriam predicadas do sujeito apenas em um sentido derivativo, i. e., no sentido no qual a expressão linguística correspondente é o *predicado* da sentença. Com “*a é F*”, nós *dizemos* de *a* que ele é *F*. Se analisamos “*dizer de a que ele é F*” em termos da aplicação do predicado – dizer que *a é F* é aplicar “*F*” ao objeto identificado pelo termo singular “*a*” – aquilo que é predicado do sujeito é a expressão linguística. O sujeito da asserção, por sua vez, é a entidade da qual fala a sentença, no caso de “*Fa*”, é o objeto denotado por “*a*”. O termo singular seria o sujeito somente no sentido derivativo no qual ela identifica (ou pretende identificar) a entidade da qual se fala.

Estamos em condições, agora, de esclarecer melhor a distinção entre sujeito e predicado. Nós formulamos anteriormente tal distinção acrescentando à distinção sujeito/predicado como formulada por Chateaubriand a concepção de Tugendhat de predicados como expressões caracterizadoras. Assim, afirmamos que expressões sujeito são expressões usadas para denotar (ou mencionar) algo, enquanto que expressões predicado são usadas para caracterizar – classificar e distinguir – os entes aos quais são aplicados⁴. Desta perspectiva, a distinção entre expressão sujeito e expressão predicado é uma distinção entre expressões linguísticas – e não entre entidades extralinguísticas – derivada da distinção entre duas funções semânticas – a de referir ou identificar entidades e a de caracterizar estas entidades. Esta é a primeira versão da distinção sujeito-predicado formulada por Strawson em *Individuals*⁵: uma sentença da forma “*Fa*” envolve, por um lado, a identificação ou menção de uma entidade da qual se fala e, por outro lado, envolve dizer algo sobre a entidade mencionada.

⁴ Sobre a concepção de predicados como expressões caracterizadoras, cf. TUGENDHAT, 1976, Lição 11.

⁵ Cf. STRAWSON, 1959, pp. 139-140.

Na medida em que distinguimos as funções de identificação e de caracterização, como observa Strawson, alcançamos uma segunda distinção, desta vez não entre funções semânticas mas sim entre as expressões linguísticas que realizam aquelas funções semânticas⁶. Por um lado, temos expressões sujeito, que possuem a função de identificar entidades e, por outro lado, temos expressões predicativas, que possuem a função de caracterizar as entidades identificadas pelas expressões sujeito. Podemos afirmar, agora, que a *expressão* sujeito é um termo singular ou uma expressão identificadora e que o predicado é uma *expressão* predicativa ou uma expressão caracterizadora ou, ainda, uma expressão classificatória. Como assinala Strawson, esta distinção entre expressão sujeito e expressão predicado é aquela que Geach pretende capturar por meio das seguintes definições:

- (11) Uma expressão predicado é uma expressão que resulta em uma asserção sobre algo se associada (ou justaposta) a uma expressão que está por aquilo acerca do qual fazemos a asserção.
- (12) Uma expressão sujeito é uma expressão com a qual está associada (ou justaposta) uma expressão predicado de modo que, juntas, elas formam uma asserção sobre aquilo pelo qual está a expressão sujeito⁷.

No entanto, do modo como é formulada por Geach, a distinção entre sujeito e predicado é independente da maneira como usamos a expressão em sentenças particulares. Assim, aplicando (11) à “*F*”, temos que “*F*” é um predicado, pois se unimos a expressão com um termo singular “*a*”, obtemos uma sentença que diz algo acerca da entidade denotada por “*a*”. Não se segue, porém, que “*F*” é o *predicado* em “*Fa*”, mas sim que a expressão é um predicado, independentemente de sua aparição em qualquer sentença particular. Consequentemente, “*F*” é o predicado também no contexto de uma sentença de segunda ordem “*G*²(*F*)”, onde a expressão, claramente, não desempenha a função

⁶ *Idem*, p. 140.

⁷ Cf. GEACH, 1950, pp. 461-462. As mesmas caracterizações são fornecidas em GEACH, 1962, p. 23, onde é feita a ressalva de que estas são explanações provisórias dos termos “sujeito” e “predicado”, não devendo ser tomadas propriamente como definições.

de caracterizar algo mas sim desempenha a função de identificar a propriedade que dizemos que é G^2 .⁸

Se a distinção entre sujeito e predicado, capturada pela definição de Geach, é uma distinção em termos da função semântica das expressões, como sugere Strawson, pareceria que predicados desempenham simultaneamente duas funções semânticas distintas. Do mesmo modo que “ F ” é um predicado, uma vez que resulta em uma asserção sobre algo se justaposto a uma expressão que *está por* aquilo acerca do qual fazemos a asserção, aquela também é uma expressão sujeito, pois se justaposta a uma expressão predicado como, por exemplo, “ G^2 ”, resulta em uma asserção sobre aquilo que é denotado por “ F ”. Uma saída natural para este dilema consistiria em identificar as funções desempenhadas pelo predicado “ F ” em sentenças da forma “ $G^2(F)$ ” e “ Fa ”, afirmando que em ambos os casos, esta função é, se não a de denotar, a de apresentar uma propriedade ou a de introduzi-la no discurso. Esta é a posição de Strawson:

Em qualquer proposição na qual um indivíduo particular e um carácter geral são apresentados como associados um ao outro, a expressão que tem a função de especificar o particular associado (...) é o sujeito, a expressão que, seja qual outra função tiver, possui a função de especificar o carácter geral associado, é o predicado. (Strawson, 1971, p. 103-104)⁹

Subsequentemente, distinguem-se os diferentes modos como expressões predicado e expressões sujeito que introduzem entidades, com os primeiros, diferentemente dos últimos, introduzindo entidades de modo assertivo ou proposicional. No entanto, para garantir a assimetria entre expressão sujeito e expressão predicado, é necessário recorrer à assimetria entre particular e universal, seja na forma da incompletude essencial destes últimos, seja na forma das relações entre particulares e universais¹⁰. Em outras palavras, o que garantiria

⁸ Geach não defende que uma expressão é (ou não) um predicado independentemente de como ela é usada. Seguindo Frege, Geach afirma que em “existem F s”, por exemplo, “tigre” é a expressão sujeito enquanto que “existem Z s” é o predicado (cf. 1950, p. 472 passim). Sua definição de sujeito e predicado, porém, é formulada em termos do que resulta se associarmos a expressão com outra de um certo tipo e, deste modo, caracteriza predicados independentemente de seus contextos de uso.

⁹ In any proposition in which a specified individual particular and a ^{specified} general character are presented as assigned to each other, the expression which has the function of specifying the assigned particular (...) is the subject; and, in any such proposition, the expression which, whatever other function it may also have, has the function of specifying the assigned general character, is the predicate. Veja também STRAWSON, 1959, p. 145 passim.

¹⁰ A primeira estratégia é seguida por Strawson em 1959, em especial, na segunda parte desta obra; a segunda estratégia é utilizada em STRAWSON, 1971. Uma exposição sucinta dos fundamentos

que, em “*Fa*”, “*a*” é a expressão sujeito e “*F*” o predicado é o fato de “*a*” introduzir um objeto e “*F*” introduzir uma propriedade. A distinção entre sujeito e predicado, então, seria estendida por analogia para o caso de predicacões sobre propriedades:

O próximo passo é estender o sentido de ‘*y* é predicado de *x*’, preservando as analogias sobre as quais o sentido primário é baseado. Assim, para permitir que universais sejam predicados de universais, necessitamos mostrar que existem ligações não-relacionais entre universais análogas as ligações caracterizadoras e sortais entre particulares e universais. E, de fato, é fácil encontrar tais analogias. (Strawson, 1959, p. 171)¹¹

Seguindo esta linha de argumentação, a distinção entre sujeito e predicado passa a depender da distinção entre objeto e propriedade (caráter geral ou universal), em particular e, de um modo geral, da distinção de níveis. Assim, em “*Fa*”, “*F*” é o predicado, pois especifica uma propriedade, enquanto que “*a*” é a expressão sujeito dado que ela especifica um objeto. Em “*G*²(*F*)”, “*G*²(*Z*)” é o predicado, pois especifica uma propriedade de nível superior, enquanto que “*F*” é o sujeito, uma vez que especifica uma propriedade de nível inferior à *G*². Esta concepção faria novamente com que sentenças da forma “*Fa*” fossem entendidas em termos de “*a* instancia *F*”. Isto se torna evidente na fala de Strawson sobre proposições predicativas apresentando o indivíduo e o caráter geral *como associados um ao outro*.

O problema com este tipo de solução deriva dela interpretar sentenças da forma “*Fa*”, que são casos paradigmáticos de uso de predicados, em termos da atribuição de uma propriedade. Assim, Strawson fala em estender o sentido de “*y* é predicado de *x*” para casos nos quais tanto “*x*” quanto “*y*” são variáveis para universais. Em sentenças da forma “*F* é predicado de (ou instanciado por) *a*” tanto propriedade quanto objeto são mencionados e, portanto, as expressões linguísticas correspondentes são expressões sujeito. Se é este o sentido básico da distinção

metafísicos da distinção de Strawson se encontram em TSE, 1998. Em sua réplica a este artigo, Strawson afirma: certainly, if any single issue, or cluster of issues, can be said to be central to my thought, it is precisely that of the metaphysical and epistemological foundations of the familiar logico-grammatical distinction between reference and predication or subject and predicate (Strawson, 1998, p. 383).

¹¹ The next step is to extend the sense of ‘*y* is predicated of *x*’, while preserving the analogies on which the primary sense is based. Thus, to allow that universals may be predicated of universals, we have to show that there are non-relational ties between universals and universals analogous to the characterizing or sortal ties between universals and particulars. And, of course, is easy to find such analogies. (1959, p. 171). Veja também STRAWSON, 1998, pp. 383-384.

sujeito e predicado, então se assume como caso fundamental de uso de predicados aqueles nos quais usamos a expressão “*F*” é usada para identificar uma propriedade instanciada pelo objeto, como em “*a* instancia *F*”. Consequentemente, aqueles casos nos quais usamos o predicado “*F*” para denotar a propriedade *ser F* é identificado com aquele nos quais caracterizamos algo por meio do predicado e a distinção sujeito-predicado precisa então ser derivada de uma distinção entre as entidades introduzidas pelas expressões.

Strawson parece considerar como caso básico de predicação aquele no qual um objeto instancia uma propriedade e como derivado aquele caso no qual uma propriedade instancia uma propriedade de ordem superior. Somente tem sentido distinguir casos básicos de casos derivados em termos ontológicos, como propõe Strawson, se concebermos predicações em termos de uma relação (ou pseudorelação) entre entidades e, portanto, se concebermos sentenças da forma “*Fa*” objetivisticamente em termos de “*a* instancia *F*”. Devemos, então, conceber os casos básicos – se é que podemos falar em casos básicos e derivados – em termos semânticos como aqueles casos nos quais um predicado é aplicado a uma ou mais entidades. Não negamos, com isto, que predicados nos comprometem ontologicamente com propriedades, mas sim que, embora exista uma propriedade correspondente ao predicado, esta propriedade não é mencionada pelo predicado na sentença “*Fa*”. Sendo assim, podemos, distinguir o uso do predicado “*F*” em “*Fa*” do uso desta mesma expressão em “*a* instancia *F*”: na primeira, o predicado é usado para caracterizar um objeto; na segunda, o predicado é usado para identificar aquela propriedade que é sua condição de aplicação.

A relação entre estes dois usos do predicado é mais bem apreciada quando observamos o que compreende/ quem compreende “*F*” como usada em “*F* é *G*” – onde dizemos de *F* que ela possui a propriedade de segunda ordem *G*². Quem compreende esta sentença, compreende que, de acordo com ela, a propriedade identificada por *F* é *G*². A expressão “*F*”, naquele contexto, é usada para identificar algo acerca do qual falamos algo. No entanto, a pergunta “o que é identificado por “*F*”?” somente é respondida na medida em que explicamos o que significa dizer de um objeto que ele é *F*.¹² Por conseguinte, somente explicamos

¹² Esta também parece ser a posição de Strawson: we cannot predicate anything of happiness unless we could predicate happiness of people (1971, p. 114). Apesar disto, Strawson parece

como usar um predicado para denotar uma propriedade quando explicamos suas condições de aplicação, i. e., quando explicamos seu uso no contexto de sentenças nas quais o predicado é usado para caracterizar algo e não para denotar uma propriedade. Podemos falar, então, do uso padrão ou primário do signo “ F ”, o de caracterizar os objetos aos quais é aplicado, e de um uso secundário ou derivado, o de identificar a propriedade cuja instanciação é a condição para que seja correto aplicar o predicado a um objeto.

Quando perguntamos qual é a função semântica (ou o uso) de “ F ”, em um sentido independente de qualquer uso particular, estamos perguntando pela função primária de “ F ”. Nesta acepção, a função de “ F ” é a de caracterizar os objetos aos quais é aplicado e, portanto, esta expressão é um predicado independentemente de, em certos contextos, ela ser usada para identificar uma propriedade e não para caracterizar algo. Este parece ser o sentido de predicado capturado pela definição de Geach, que define expressão sujeito e expressão predicado independentemente de qualquer uso particular que é feito da expressão linguística. De acordo com a definição de Geach, uma expressão é sujeito ou predicado independentemente de sua aparição em qualquer sentença particular. Assim, a definição de predicado afirma que, dada uma expressão “ F ”, ela é um predicado se e somente se cumpre tal-e-tal condição, e não que dado uma asserção ou proferimento particular “... F ...”, “ F ” é o predicado se e somente se cumpre tal-e-tal condição. Por exemplo, se o resultado de associar “ F ” com uma expressão “ a ” que se refere a um objeto é uma sentença que diz algo sobre aquele objeto, então “ F ” é um predicado, independentemente de como esta expressão é usada no contexto da sentença “ $G^2(F)$ ” ou no contexto de “ Fa ”.

Quando perguntamos qual é a função de “ F ” na sentença “... F ...”, não estamos perguntando qual é a função primária da expressão, mas sim pela função que a expressão desempenha *naquele contexto*. Por exemplo, embora a função primária de “ F ” seja a de caracterizar entidades, esta expressão não é usada para caracterizar uma entidade no contexto de uma sentença da forma “ F é G^2 ”. Consequentemente, “ F ” não é o predicado daquela asserção, apesar de “ F ” ser um predicado.

considerar sinônimas sentenças da forma “ a é F ” e sentenças da forma “ a instancia (exemplifica) F ”.

Correspondendo a estes dois sentidos da pergunta pela função do signo, há também dois sentidos nos quais podemos dizer que uma expressão é um predicado. Em um sentido, uma expressão é um predicado se e somente se sua função primária é a de caracterizar aquelas entidades às quais é aplicada. Neste sentido, a expressão “*F*”, que ocorre em “*a* exemplifica *F*” e em “*F* é *G*” é um predicado, mesmo que estejamos usando a sentença para dizer algo sobre a propriedade *ser F*. Em outro sentido, “*F*” é uma expressão sujeito naquelas sentenças, pois naquele contexto ela é usada em sua função secundária, a saber, a de identificar uma entidade. Por outro lado, “*F*” seria um predicado em ambos os sentidos em uma sentença como “*a* é *F*”.

Como fica patente nos exemplos que acabamos de usar, a distinção entre sujeito e predicado deve ser formulada em termos da função semântica desempenhada por uma expressão *no contexto* de uma asserção particular. Em outras palavras, nós não dizemos simplesmente que “*a*” é uma expressão sujeito ou que “*F*” é uma expressão predicado. Antes, dizemos que, em “*Fa*”, “*a*” é o sujeito e “*F*” é o predicado. Podemos seguir Chateaubriand e falar em posição sujeito e posição predicado, no lugar de sujeito e predicado. A ideia por trás desta terminologia pode ser explicada da seguinte maneira. Toda sentença possui a forma sujeito e predicado, S-P. Podemos representar o predicado entre colchetes, seguido do sujeito entre parênteses: [P] (S).¹³ Que o predicado “*F*” seja uma expressão sujeito em “*a* exemplifica *F*” significa que “*F*” ocupa a *posição de sujeito* nesta sentença, i. e., aquela sentença é analisada, em termos de sujeito e predicado, como [*x* exemplifica *Z*] (*a*, *F*) – ou [*a* exemplifica *Z*] (*F*). Que esta mesma expressão seja o predicado de “*Fa*” significa que ela ocupa a posição de predicado nesta sentença: [*F*] (*a*).

Podemos, agora, definir as noções de posição sujeito e posição predicado da seguinte maneira:

- (13) A expressão “*e*” ocorre na posição sujeito – é uma expressão sujeito – na sentença *S* se e somente se a sentença é usada para dizer algo acerca da entidade que “*e*” pretende denotar.

¹³ Esta notação é introduzida por Chateaubriand (cf. 2002, p. 216). Neste mesmo artigo, é introduzida a distinção entre posição de sujeito e posição de predicado.

- (14) A expressão “*e*” ocorre na posição predicado – é o predicado – em *S* se e somente se a sentença é usada para caracterizar algo como um *e*.

A partir de (13) e (14), podemos definir a entidade-predicado e o sujeito da sentença como em (15) e (16) abaixo:

- (15) A entidade-predicado de uma sentença *S* é a propriedade correspondente à parte da sentença que ocorre na posição predicado.
- (16) O sujeito de *S* (ou os sujeitos de *S*) é a entidade acerca da qual dizemos algo por meio de *S*.

Uma expressão que ocorre na posição de predicado de uma sentença é o predicado da sentença, enquanto que a entidade identificada pela expressão ocorrendo na posição sujeito é o sujeito. Em contraste com a formulação de Geach da distinção sujeito e predicado, de acordo com a distinção formulada acima, as perguntas sobre qual é o predicado e qual é ou quais são os sujeitos devem sempre ser feitas no contexto de uma asserção ou proferimento. Por exemplo, no contexto do proferimento “*Fa*”, “*F*” ocorre na posição predicado e, portanto, é o predicado da sentença. A entidade predicado é a propriedade correspondente a “*F*”, se existir uma. O sujeito, por sua vez, é a entidade que “*a*” pretende denotar, e “*a*” ocorre na posição sujeito. Já em “*a* instancia *F*”, o predicado é “*x* instancia *Z*”; tanto “*a*” quanto “*F*” ocorrem na posição sujeito e os sujeitos da sentença são as entidades correspondentes a estas expressões. Dado que a distinção entre sujeito e predicado é relativa a uma asserção dada, não há problema algum no fato de “*F*” ocorrer na posição predicado em “*Fa*” e na posição sujeito em “*a* instancia *F*”, diferentemente do que ocorria com a formulação de Geach.

Em contraste com a distinção de Strawson, por outro lado, não necessitamos recorrer à assimetria da relação entre propriedade e objeto para garantir a assimetria entre sujeito e predicado. O problema da assimetria entre sujeito e predicado diz respeito à possibilidade de distinguirmos logicamente entre sujeito e predicado. Se concebermos as funções desempenhadas por expressões sujeito e expressões predicados, à maneira de Tugendhat, como sendo não apenas distintas, mas também complementares, a assimetria entre sujeito e predicado dirá respeito à própria natureza daquilo que chamamos de asserção. O uso de uma expressão para caracterizar uma entidade requer o uso de expressões que

identifiquem as entidades que são caracterizadas. O uso de expressões para identificar entidades, por sua vez, requer o uso de expressões que caracterizam a entidade que pretendemos identificar, distinguindo-a de todas as outras¹⁴. Tal complementação pode ser resumida afirmando que toda sentença afirma algo sobre algo, como propõe Chateaubriand. Consequentemente, em toda sentença assertórica podemos distinguir uma parte que identifica entidades – expressão sujeito – e outra parte que caracteriza entidades – o predicado.

2.2.

Sujeito, predicado e forma lógica

A pergunta sobre se uma expressão é predicado ou expressão sujeito sempre deve ser feita no contexto de uma asserção ou proferimento particular e, portanto, se refere ao papel semântico desempenhado por uma expressão em um contexto determinado, e não à sua função semântica primária. Esta posição é uma consequência da formulação da distinção sujeito-predicado exposta na seção anterior, com base na tese de que toda sentença assertórica diz algo acerca de algo. O modo como formulamos as noções de sujeito e predicado e sujeito (e expressão sujeito) indicam um elemento contextual nesta distinção: qual é o sujeito e qual é o predicado depende de como a sentença é usada nesse contexto, i. e., do que estamos falando acerca do que. Isto pode ser esclarecido considerando a aplicação da distinção sujeito/predicado a sentenças relacionais.

Como assume Chateaubriand, não há nada que nos impeça de dizer que uma asserção como, por exemplo, “Sócrates é sábio” é sobre a propriedade *ser sábio*, e não sobre Sócrates, ou sobre Sócrates e também sobre a propriedade *ser sábio*¹⁵. Do mesmo modo, nada nos impede de interpretar (e também de usar) “Sócrates foi mestre de Platão” como dizendo algo acerca somente de Sócrates, ou

¹⁴ A tese da complementação de expressões identificadoras e expressões caracterizadoras é desenvolvida por Tugendhat (1976 p. 369 e p. 553-555).

¹⁵ Cf. CHATEAUBRIAND, 2001, p.63ss. e 2002, 216 – 217. Este aspecto é salientado também por Geach (cf. 1950, p. 462). Vale ressaltar que é justamente este aspecto da caracterização de Geach que Strawson considera problemático, levando-o a rejeitar a elucidação da distinção entre sujeito e predicado em termos de algo que é dito sobre algo, cf. STRAWSON, 1959, pp. 144 – 145.

acerca somente de Platão, ou acerca da propriedade *x é mestre de y*. Não obstante isto, como argumentamos acima, a sentença “Sócrates é sábio”, quando usada para dizer, sobre Sócrates, que ele é sábio, possui um significado diferente de quando usamos esta mesma sentença para dizer, sobre Sócrates e a propriedade *ser sábio*, que o primeiro instancia a segunda. Isto não significa que “*x é sábio*” é, ao mesmo tempo, um predicado e uma expressão sujeito, mas sim que a questão “qual é o sujeito e qual é o predicado da sentença *p*?” não pode ser realizada independentemente do contexto de uso da sentença. O mesmo ocorreria também com a sentença relacional.

O caráter contextual da distinção entre sujeito e predicado, deste modo, levanta o seguinte problema. Ao introduzir a distinção com base no fato de que diante de toda sentença podemos nos perguntar sobre o que ela fala e também o que ela diz sobre aquilo do qual ela fala, introduzimos uma distinção semântica entre expressão sujeito e expressão predicado. Porém, na medida em que temos diferentes aplicações da distinção a uma mesma sentença, parece que a distinção ente sujeito/predicado é, no final das contas, uma mera distinção de estilo.

Simbolizando as análises sujeito-predicado do modo proposto na seção anterior – com o predicado entre colchetes seguido do(s) sujeito(s) entre parênteses – podemos formular as diferentes análises de “Sócrates foi mestre de Platão” do seguinte modo, onde “*a*” simboliza Sócrates, “*b*” simboliza Platão e “*Mxy*” simboliza o predicado “*x foi mestre de y*”:

(17) [*Mxy*] (*a, b*)

(18) [*Max*] (*b*)

(19) [*Mxb*] (*a*)

(20) [*Zab*] (*Mxy*)

(21) [*Zxb*] (*Mxy, a*)

(22) [*Zay*] (*Mxy, b*)

(23) [*Zxy*] (*Mxy, a, b*)

(24) [*Wx*] (*Mxb, a*)

(25) [*Wx*] (*Max, b*)

Embora cada uma das leituras de primeira ordem se distinga em significado das leituras de segunda ordem, parece não haver nenhuma diferença de significado dentre as leituras de primeira ordem, assim como também parece não haver nenhuma diferença de significado dentre as leituras de segunda ordem.

Em outras palavras, (17) – (19) parecem ter todas elas o mesmo significado, o mesmo ocorrendo com (20) – (25). Pode-se objetar, porém, que tais distinções são meramente estilísticas e não lógicas.

Chateaubriand responde este tipo de objeção argumentando que não existe *a (única)* forma lógica de um enunciado, mas sim que existem diferentes interpretações da forma lógica dos enunciados que dependem de como os interpretamos¹⁶. Além disso, também afirma Chateaubriand, existem casos nos quais diferentes análises em termos de sujeito e predicado produzem diferentes condições de verdade. Um exemplo seria a sentença “*a* raciocina como Sherlock Holmes”. Se analisada em termos de duas expressões sujeito – “*a*” e “Sherlock Holmes” – a sentença é sem valor de verdade, uma vez que “Sherlock Holmes” não denota. Porém, se analisamos a sentença em termos do predicado “*x* raciocina como Sherlock Holmes” e do sujeito “*a*”, a existência de um objeto denotado por Sherlock Holmes não é mais pressuposta pelas condições de verdade do enunciado¹⁷.

Afirmar que alguém raciocina como Sherlock Holmes significa afirmar que esta pessoa é extremamente observadora, raciocina de modo lógico, considerando todos os detalhes da situação em jogo, etc. Desta maneira, explicamos o que significa raciocinar como Sherlock Holmes ao explicarmos como, de acordo com as histórias de Conan Doyle, raciocinaria Sherlock Holmes. Consequentemente, como mostra a explicação considerada acima, a existência de Sherlock Holmes não é pressuposta pela sentença “*a* raciocina como Sherlock Holmes” e o fato deste nome não denotar não torna a sentença desprovida de valor de verdade. Antes, o que se pressupõe é a propriedade complexa *x raciocina como Sherlock Holmes*. O problema que se coloca, então, é sobre como entender esta propriedade complexa?

Não podemos analisar esta propriedade em termos de uma composição entre a propriedade relacional *x raciocina como y* e o objeto Sherlock Holmes, pois, não existindo um de seus componentes, não existiria também a propriedade composta. Antes, poderíamos entendê-la como composta pela propriedade relacional e pelas propriedades que caracterizam, segundo as histórias de Conan Doyle, o modo como raciocina Sherlock Holmes. Tais propriedades existem

¹⁶ Cf. CHATEAUBRIAND, 2008c, p. 272.

mesmo não existindo um objeto que seja denotado por “Sherlock Holmes” e, desta maneira, a propriedade x *raciocina como Sherlock Holmes* também existe independentemente de existir ou não um objeto denotado pelo nome. Segundo esta análise, “[x raciocina como Sherlock Holmes] (a)” e “[x raciocina como y] (a , Sherlock Holmes)” distinguem-se com base em seus compromissos ontológicos: apenas a segunda, e não a primeira, nos compromete com a existência de Sherlock Holmes.

Como consequência de seus diferentes pressupostos ontológicos, as duas interpretações de “ a raciocina como Sherlock Holmes” não são equivalentes em valor de verdade. Dado que não existe uma entidade denotada por “Sherlock Holmes”, “[x raciocina como y] (a , Sherlock Holmes)” não possui valor de verdade, porém, o mesmo não é o caso com “[x raciocina como Sherlock Holmes] (a)”. Sob esta última leitura, a sentença é verdadeira se e somente se a raciocina como raciocinaria aquele objeto que pretendemos denotar com o nome “Sherlock Holmes”. O valor de verdade da sentença é independente da existência de Sherlock Holmes, dependendo, isto sim, das propriedades que caracterizam o modo como raciocinaria a personagem de Conan Doyle. Algo similar pode ser dito com relação também ao caso de “Sócrates foi mestre de Platão” – “*Mab*”. Se não existe um objeto denotado por “ a ”, o enunciado “*Mab*” entendido como (17) [Mxy] (a , b) não possui valor de verdade: não é correto, nem incorreto aplicar o predicado “ Mxy ” a a e b na medida em que um deles não existe.

A propriedade correspondente a predicados da forma “ May ” ou “ Mxb ”, se existe uma, pode ser concebida, de modo geral, como ‘composta’ pela propriedade correspondente a “ Mxy ” e por alguma das propriedades cuja instanciação no mundo real distingue a denotação de “ a ” dos demais objetos¹⁷. A existência de tal propriedade é garantida pela possibilidade de explicarmos para alguém qual é o objeto que o termo singular pretende identificar, de tal modo que esta pessoa seja capaz de reidentificar tal objeto. Como argumentamos na seção 1.4, quem compreende qual é o objeto que se pretende denotar com o termo singular “ a ”, compreende como determinar, dado qualquer objeto, se ele é ou não

¹⁷ Cf. CHATEAUBRIAND, 2002, p. 216.

¹⁸ A qualificação “no mundo real” faz-se necessária uma vez que, no caso de designadores rígidos, o critério pelo qual decidimos se uma entidade é ou não a denotação do termo não é necessariamente a mesma em todos os mundos possíveis.

a denotação pretendida do termo. Disse-se segue a validade da identidade dos indiscerníveis e da discernibilidade dos diferentes: se dois entes possuem exatamente as mesmas propriedades, então eles são idênticos, e se eles são diferentes, então existe uma propriedade que os distingue.

Podemos, então, introduzir uma noção ontológica de sentido nos moldes das noções ontológicas de Frege e, especialmente, de Chateaubriand. Para ambos os autores, sentidos são entidades independentes da mente e da linguagem que se constituem em modos nos quais os entes são dados na realidade. Na concepção de Frege, o sentido de um objeto é também um objeto e o sentido de funções – propriedades – são também funções. Além disso, sentidos são unívocos – um sentido é sempre o sentido de uma única entidade – sendo que a univocidade não é um aspecto formal do sentido, mas sim é algo que depende da realidade¹⁹. Chateaubriand, por sua vez, reformula a noção fregeana em termos de propriedades identificadoras: tanto sentidos de objetos quanto sentidos de propriedades (e também de estados de coisas) são propriedades necessariamente unívocas da forma *ser o tal-e-tal*²⁰. Parte da ideia de Chateaubriand é que podemos identificar objetos (e propriedades) afirmando, por exemplo, tratar-se daquele que é o tal-e-tal onde “x é o tal e tal” se aplica a algo se e somente se este algo é tal-e-tal e é a única entidade que possui esta propriedade. A propriedade de *ser o tal-e-tal*, deste modo, é uma propriedade necessariamente unívoca pela qual podemos identificar um objeto ou uma propriedade e, neste sentido, é uma propriedade identificadora²¹.

Ruffino argumenta que, se enxergamos sua filha Daniela à distância, podemos identificá-la por meio de propriedades como aquela de *ser filha de Ruffino*, *ser uma garotinha de dois anos de idade*, *ter cabelos castanhos*, etc. Somente podemos identificar aquela garotinha como sendo Daniela e não outra pessoa, se ela é a única garota que, naquele contexto, enxergamos à distância e que possui aquelas propriedades. Se são duas as crianças que enxergamos à distância, ambas com dois anos de idade, ambas filhas do Prof. Ruffino e ambas

¹⁹ Este aspecto é salientado por Ruffino em RUFFINO, 2008, p. 306.

²⁰ Uma interpretação ontológica da noção fregeana de sentido é dada por Angelelli, cf. 1967, §2.21 – 2.24. A noção de sentido de Chateaubriand, por sua vez, é desenvolvida a partir da noção fregeana, cf. CHATEAUBRIAND, 2001, p. 375ss. Para uma exposição crítica da noção de sentido de Chateaubriand e uma comparação com a noção fregeana, cf. RUFFINO, 2008.

²¹ Cf. CHATEAUBRIAND, 2008, pp.317-321.

de cabelos castanhos, não identificaremos ninguém por meio destas propriedades. Porém, Ruffino afirma que parece estranho que a unicidade seja parte da propriedade com a qual identificamos sua filha: pareceria mais razoável deixar a unicidade a cargo da realidade, ou simplesmente assumir como um pressuposto que ela seja a única garota que instancia aquelas propriedades²².

No entanto, quem compreende a quem Ruffino se refere com o nome “Daniela” é capaz de dizer quando este nome é usado novamente para se referir à mesma pessoa, é capaz de usar “Daniela” para se referir à mesma pessoa e também é capaz de ele próprio identificar a denotação do nome. Uma explicação de qual é a entidade referida pelo nome deve fornecer, assim, uma condição de identidade que determine quando nós identificamos a mesma entidade ou não. Esta é a concepção de Chateaubriand de sentidos: sentidos são determinantes ontológicos de referência, existindo independentemente de nós e de nosso conhecimento²³. Desta perspectiva, sentidos de fato são unívocos: eles não somente nos permitem identificar uma entidade em um contexto determinado, como também são condições de identidade para aquela entidade.

Disso não se segue que a condição de identidade que explicamos quando explicamos qual é a denotação do termo singular seja o significado ou sentido do nome, nem que ela acompanhe o nome quanto este é transmitido. O que é semanticamente relevante quanto usamos um termo singular para identificar uma entidade não é a propriedade que identifica esta entidade, mas sim qual é a entidade identificada. Em outras palavras, nós explicamos *qual é a entidade denotada pelo termo singular*, e não propriamente o termo singular (ou seu significado).

Quando um termo singular ocorre na posição sujeito, ele é usado para identificar uma entidade, e nós explicamos seu modo de uso explicando como distinguir sua denotação pretendida das demais entidades. No entanto, quando a expressão ocorre na posição predicado – como parte de um predicado complexo da forma “Max” ou “Mya” – ele não é mais usado para identificar algo, mas sim para caracterizar, juntamente com o predicado relacional, aquele ente do qual falamos. Neste contexto, o que é relevante não é mais qual é a entidade que

²² Cf. RUFFINO, 2008, p. 306.

²³ Cf. 2001, p. 378.

identificamos com aquela expressão, mas sim qual é a propriedade com a qual a identificamos.

Quando afirmamos, por exemplo, “Messi é o novo Maradona”, não usamos o nome “Maradona” para identificar um objeto, mas sim para caracterizar o objeto denotado por “Messi”. O que é relevante sobre o nome “Maradona” no contexto do enunciado não é o objeto denotado, mas sim certas características que o identificam, notadamente, o fato de ter sido o maior jogador argentino de futebol e um dos maiores do mundo, um jogador extremamente habilidoso, etc.. Ao afirmar de Messi que ele é o novo Maradona, conseqüentemente, afirmamos que Messi é um jogador extremamente habilidoso, que é (ou será) um dos maiores jogadores de sua época, etc.

No caso de “*a* raciocina como Sherlock Holmes”, temos um predicado comparativo e as descrições de Sherlock Holmes fornecidas nas histórias de Conan Doyle, descrições estas que nos permitem julgar se alguém raciocina ou não como Sherlock Holmes. Algo similar vale também para “Messi é o novo Maradona”. Porém, no caso de “Sócrates foi mestre de Platão”, não temos um predicado comparativo nem qualquer outro tipo de relação intensional. A existência de propriedades identificadoras de Platão não basta para julgarmos a verdade de “Sócrates foi mestre de Platão”. Deste modo, se não existe um objeto que seja denotado por Platão, não há nenhuma diferença entre uma situação na qual o predicado “*x* foi mestre de Platão” se aplica e outra situação na qual este predicado não se aplica. Conseqüentemente, a sentença carece de valor de verdade, mas desta vez não porque o nome “Platão” não denota, mas sim porque não existe uma propriedade correspondente a “*x* foi mestre de Platão”. Em outras palavras, se não existe uma entidade denotada por “Platão”, “[*x* foi mestre de *y*] (Sócrates, Platão)” não é nem verdadeira nem falsa pois não existe uma das entidades da qual fala a sentença. Nesta situação, o enunciado “[*x* foi mestre de Platão] (Sócrates)” também carece de valor de verdade, porém, a ausência de valor de verdade ocorre pois não existe a propriedade correspondente a “[*x* foi mestre de Platão] (*x*)” e, portanto, o predicado não caracteriza efetivamente Sócrates

Podemos, assim, distinguir cada uma das leituras de primeira ordem (17) – (19) e também cada uma das leituras de segunda ordem (20) – (25) de “Sócrates foi mestre de Platão”, em termos das entidades *pressupostas para que elas sejam ou verdadeiras ou falsas*. Por exemplo, (17) [*Mxy*] (*a*, *b*) se distingue de todas as

outras leituras por ser a única leitura de primeira ordem que pressupõe a existência tanto de a quanto de b – além, claro, da propriedade Mxy . (18) $[May] (b)$, por sua vez, ser a única interpretação de primeira ordem de “ Mab ” que pressupõe apenas a existência da propriedade May e do objeto b . Por fim, (19) $[Mxb] (a)$ é a única interpretação de primeira ordem que pressupõe apenas a existência de Mxb e de a . Consequentemente, se existem as propriedades May , Mxy , Mxb e o objeto b mas não existe o objeto a , (19) e (17) não são nem verdadeiras nem falsas, enquanto que (18) poderá ser ou verdadeira ou falsa – notadamente, no caso de “ Mxy ” ser um predicado comparativo. Por outro lado, se não existe b , (17) e (18) não possuem valor de verdade, o que não ocorre com (19).

Cada uma das diferentes interpretações de uma mesma sentença em termos de sujeito e predicado representa diferentes formas de interpretar a sentença em termos do que dizemos acerca do que. É este o sentido no qual falamos de diferentes leituras ou interpretações de “ Mab ”: podemos interpretar (e usar) esta sentença para dizer algo acerca somente de a , ou somente de b , ou somente de Mxy , etc., e em cada caso temos diferentes condições de verdade. Se admitimos que compreendemos uma sentença quando compreendemos suas condições de verdade, então a distinção sujeito e predicado diz respeito à forma semântica da sentença, i. e., à forma de suas condições de verdade. Desta maneira, se interpretamos “ Mab ” como $[Mxb] (a)$, esta sentença possui a forma semântica de uma predicação singular, e não de uma predicação relacional, como $[Mxy] (a, b)$. Portanto, não podemos inferir de “ Mab ” – lida como $[Mxb] (a)$ – a verdade de $\exists x \exists y Mxy$. Tal inferência só é formalmente válida no caso da sentença ser entendida como a predicação relacional da forma $[Mxy] (a, b)$.

Seguindo Tugendhat, podemos tomar a forma semântica de uma sentença como sendo sua forma lógica²⁴. Outra possibilidade seria conceber a forma lógica, ao estilo de Chateaubriand, como dizendo respeito ao tipo de entidades pressupostas pela sentença e à relação lógica que deve se estabelecer entre estas entidades para que a sentença seja verdadeira. Nesta concepção, a forma lógica de “ Mab ”, lida $[Mxb] (a)$, seria descrita como sendo a instanciação de uma propriedade monádica por um objeto e poderia ser entendida como sendo a propriedade lógica *ser a instanciação de uma propriedade monádica de primeira*

²⁴ Cf. TUGENDHAT e WOLF, 1983, cap. 6.

ordem por um objeto. Se interpretarmos aquela sentença como $[Mxy]$ (a , b), sua forma lógica será a instanciação de uma propriedade diádica de primeira ordem por dois objetos²⁵. Independentemente de concebermos a forma lógica ontologicamente ou como forma semântica, a forma lógica de uma sentença dependerá de como a entendermos em termos de sujeito e predicado. Também, não existirá algo como a *forma lógica* de uma sentença ou proposição, mas sim diferentes interpretações de sua estrutura lógica, dependendo de como a analisamos em termos de sujeito e predicado.

Embora não seja usual falar em “diferentes interpretações da forma lógica de um enunciado”²⁶, podemos esclarecer o sentido desta expressão do seguinte modo. No mesmo sentido no qual falamos de diferentes interpretações da forma lógica de “*Mab*” em termos de sujeito e predicado, falamos também, por exemplo, de diferentes interpretações da forma lógica de uma sentença negada dependendo de como interpretamos o escopo da negação. Assim, o enunciado (26) abaixo pode ter sua forma lógica entendida tanto como (27) quanto como (28) abaixo:

(26) $O F$ não é G .

(27) Não é o caso que: $o F$ é G .

(28) $O F$ é não G .

As fórmulas (27) – (28) fornecem diferentes leituras ou interpretações das condições de verdade de (26) e com isto também fornecem diferentes interpretações da forma lógica do enunciado. Isto não significa que (26) seja ambígua, mas sim que, do mesmo modo que podemos usá-la como (27), também podemos usá-la como (28). Qual é a interpretação correta é algo que é determinado pelo contexto de uso da sentença, embora possa haver casos nos quais não fique claro como a sentença deve ser interpretada. Outro exemplo é aquele de sentenças como (29) abaixo, que pode tanto ser entendida como uma predicação relacional (30) quanto como uma conjunção (31):

(29) João e Maria são casados.

(30) João é casado com Maria.

(31) João é casado e Maria também é casada.

²⁵ Cf. CHATEAUBRIAND, 2008c, pp. 272 – 274.

²⁶ Deste modo, Corcoram afirma: as far as I know expressions such as ‘different interpretations of a sentence’s logical form’ had not occurred previously in the literature and Chateaubriand does not explain it (2008, p. 252).

Tanto no caso de (27) e (29) e também no caso das diferentes leituras em termos de sujeito e predicado, trata-se do fato da forma lógica da sentença depender de suas condições de verdade. Quais são as condições de verdade, por sua vez, depende de como a sentença é usada em um contexto determinado.

A diferença entre (27) e (28), aliás, pode ser entendida em termos de sujeito e predicado. Ao interpretar “o F não é G ” como (27), nós a interpretamos como dizendo que a sentença ou a proposição “o F é G ” não é verdadeira. Quando a interpretamos como (28), nós a entendemos como dizendo algo acerca da entidade denotada por “o F ”, a saber, que esta entidade não é G . Vem à tona, desta maneira, o problema relativo à aplicação da distinção entre sujeito e predicado a sentenças logicamente compostas e, em particular, o problema relativo à interpretação de sentenças negadas, problemas estes que abordamos na próxima seção.

2.3.

Sentenças complexas, operadores de predicado e predicados complexos

Até o momento consideramos a distinção entre sujeito e predicado apenas com relação a sentenças atômicas. Porém, nada nos impede de considerarmos a aplicação desta distinção às sentenças logicamente complexas. Da mesma maneira que podemos afirmar que toda sentença atômica diz algo acerca de algo, parece razoável afirmar também que toda sentença assertórica – sem restrição – diz algo acerca de algo. Do que falam, no entanto, sentenças quantificadas e sentenças formadas com conectivos?

Partindo do caso de sentenças da forma “ Fa ”, Strawson propõe generalizar a distinção sujeito-predicado para sentenças quantificadas eliminando o requerimento de identificação individual da entidade da qual fala a sentença, permitindo que tal entidade seja “especificada mais ou menos indefinidamente”. Neste sentido amplo de referência, não somente termos singulares se referem a entidades, mas também variáveis, expressões plurais e termos singulares indefinidos se referem ou especificam entidades. Assim, conclui Strawson, tanto

variáveis quanto expressões plurais e termos singulares indefinidos podem ser a expressão sujeito das sentenças nas quais ocorrem, em particular, nas sentenças quantificadas.²⁷ De acordo com esta análise, sentenças quantificadas fariam sobre aquelas entidades a que se refeririam, ainda que de modo “mais ou menos indefinido”, as variáveis, expressões plurais ou os termos singulares indefinidos presentes na sentença. Esta mesma posição parece ser implicada também, como salienta Simpson, pelas teses quineanas sobre compromisso ontológico e eliminação dos nomes próprios em favor de descrições definidas.²⁸

Podemos nos questionar se uma sentença como, por exemplo, “todos os corvos são negros” de fato diz algo sobre os corvos. Ou melhor, trivialmente, o enunciado “todos os corvos são negros” ou “os corvos são negros” diz algo sobre os corvos. O problema é como entender a expressão “os corvos” na resposta da pergunta “acerca do que fala a sentença “todos os corvos são negros”?”. Quine e Strawson defendem que “os corvos”, neste contexto, é uma espécie de termo singular indefinido, que se refere ‘indefinidamente’ a cada um dos corvos. Este modo de entender a resposta de nossa questão, porém, é problemático.

Em primeiro lugar, ela envolve noções de referência indefinida e termo singular indefinido que são bem menos claras do que aparentam. Por exemplo, qual a diferença entre nos referirmos indefinidamente a cada um dos objetos $a_1, a_2, \dots, a_n$ por meio de uma variável e nos referirmos definidamente a estes objetos listando seus nomes? Em que sentido a variável em “existe um único x tal que Fx ” ou em “o único x tal que x é o atual rei da França é x é calvo” se refere *indefinidamente* a algo? Ao menos a princípio, as expressões “referir indefinidamente” e “termo singular indefinido” parecem contradições em termos.

Em segundo lugar, esta interpretação de sentenças quantificadas também se mostra problemática quando consideramos questões de compromisso ontológico. Se uma sentença “ p ” é sobre as entidades e_1, e_2 , etc., então tanto sua verdade quanto sua falsidade dependem de como (ou o que) são estas entidades.

²⁷ Desta maneira, Strawson afirma: In standard logic the burden of reference may be carried (some would say should exclusively be carried) by the individual variable (the ghost of the designation or name) under standard $\forall$ and $\exists$ quantification. In natural languages, on the other hand, a whole host of plural expressions and indefinite singular terms may form part of the subject term and help to specify, more or less indefinitely, the objects of reference. (STRAWSON, 1998, p. 383)

²⁸ Cf. SIMPSON, 1975, p. 197. Boole e De Morgan parecem sustentar uma tese similar, embora muito mais forte, a saber, que toda sentença, em última instância, se refere ao seu universo de discurso, sobre isto cf. CORCORAN, 2004 e 2008.

Portanto, se uma sentença é sobre as entidades $e_1, e_2, \dots$, o fato de alguma destas entidades não existir torna a sentença desprovida de valor de verdade, uma vez que neste caso as entidades não são e nem deixam de ser como a sentença diz que elas são. A inexistência de corvos, porém, não interfere no valor de verdade de “todos os corvos são negros”; em especial, não torna a sentença desprovida de valor de verdade, que é o que se passa com sentenças atômicas quando alguma das expressões sujeito não denota. Pelo contrário, “existem corvos negros” é falsa no caso de não existirem corvos, e não desprovida de valor de verdade, como deveria ser o caso se ela dissesse algo sobre os corvos.

Uma alternativa seria considerar o conjunto dos corvos, e não cada corvo em particular, como aquilo do qual fala a sentença “todos os corvos são negros”. Parece razoável afirmar que, se não existe o conjunto de todos os corvos, ou se não existe um conjunto – ainda que vazio – de entidades que sejam o domínio da variável em “para todo x , se x é um corvo, então x é negro”, a sentença não possui valor de verdade. No entanto, conjuntos são extensionais: o conjunto de todos os corvos no ano de 1900 é diferente do conjunto de todos os corvos no ano 2000. Ainda assim, a sentença “todos os corvos são negros” diz a mesma coisa acerca da mesma entidade, independentemente de ser proferida no ano de 1900 ou no ano de 2000. O sujeito do enunciado não se altera de acordo com o nascimento e falecimento dos corvos.

Além disso, a diferença entre uma situação S na qual é verdade que $\forall xFx$ e outra situação S^* na qual esta sentença é falsa não diz respeito propriamente a quais objetos existem. Em ambos os casos, poderiam existir exatamente os mesmos objetos, só que um objeto que é F em S , não é F em S^* . Também a diferença não reside no fato de um determinado objeto a , na segunda situação, não ser F . Uma situação na qual a é F também poder ser uma na qual o enunciado “ $\forall xFx$ ” é falso. Antes, as situações diferem pelo fato de que em S a propriedade Fx é instanciada por *todos* os objetos, o que não ocorre em S^* .

Como argumenta Russell, “todos” não pode ser entendido em termos da conjunção infinita “ $Fa \wedge Fb \wedge Fc \dots$ ”. A verdade de uma sentença universal não se segue apenas da verdade de suas instâncias, mas demanda também que estas sejam *todas* as suas instâncias, i. e., que os objetos mencionados são *todos* os

objetos²⁹. Este aspecto do quantificador universal é ilustrado pelo primeiro teorema de incompletude de Gödel. De acordo com a prova deste teorema, pode-se definir um predicado numérico “ F_n ” tal que não podemos provar que “ $\forall n F_n$ ”, embora “ F_n ” seja demonstrável para *cada* (ou *qualquer*) número n . A diferença entre as situações na qual “ $\forall x Fx$ ” é verdadeira e aquela na qual ela é falsa, deste modo, não é redutível à diferença com respeito a como são ou a quais são os objetos, ela é uma diferença acerca de *como é* a propriedade F . Em um caso, a propriedade F é universalmente instanciada, em outra, ela não possui esta propriedade e, consequentemente, “ $\forall x Fx$ ” mostra-se falsa.

Se aceitarmos que há sentido em perguntar sobre o que fala um enunciado complexo, então sentenças quantificadas dirão algo acerca de propriedades e acerca dos objetos do domínio de quantificação ou do domínio como um todo. Dizendo sobre uma propriedade que ela é universalmente instanciada, nós a distinguimos de todas as demais por meio de uma propriedade de ordem superior, propriedade esta cuja instancição distingue uma situação na qual todo x é F de outra situação na qual isto não ocorre. Desta análise de sentenças quantificadas se segue, portanto, a existência de propriedades lógicas correspondendo a predicados da forma “ $\forall x Zx$ ”, “ $\exists x Zx$ ”, “ $\forall x (Zx \rightarrow Wx)$ ”, “ $\exists x (Zx \wedge Wx)$ ”, etc.. Além disso, teríamos também predicados da forma “ $\forall x \exists y Zxy$ ”, “ $\forall x \exists y \forall z Zxyz$ ”, etc e as propriedades correspondentes.

Se adicionarmos a isto o caráter contextual da análise sujeito e predicado, o que obteremos será a análise de Chateaubriand³⁰. Segundo esta análise, uma sentença da forma “ $\forall x (Fx \rightarrow Gx)$ ” diz, sobre a propriedade F , que ela é subordinada à G :

$$(32) [\forall x (Zx \rightarrow Gx)] (F).$$

Outras análises possíveis consistiriam em tomar “ Gx ” como sujeito e “ $\forall x (Fx \rightarrow Wx)$ ” como o predicado, e em tomar ambas as propriedades de primeira ordem como sujeitos da sentença:

$$(33) [\forall x (Fx \rightarrow Wx)] (G).$$

$$(34) [\forall x (Zx \rightarrow Wx)] (F, G).$$

²⁹ Cf. RUSSELL, 1908, §2 e 1918, pp. 235-236.

Além destas, temos também leituras de terceira ordem como, por exemplo, (35) e (36) abaixo:

$$(35) [Y^3(Z)] (\forall x(Zx \rightarrow Wx), F, G);$$

$$(36) [Y^3(F, G)] (\forall x(Zx \rightarrow Wx))$$

De modo análogo, enunciados existenciais como “ $\exists x(Fx \wedge Gx)$ ” podem ser interpretados com F e G sujeitos e “ $\exists x(Zx \wedge Wx)$ ” como o predicado, com o sujeito F e o predicado “ $\exists x(Zx \wedge Gx)$ ”, como uma predicação sobre G ou, ainda, como uma predicação de terceira ordem.

Tendo aplicado a distinção entre sujeito e predicado a sentenças quantificadas, passamos agora à aplicação desta distinção a sentenças compostas por conectivos. Aqui nos deparamos com uma dificuldade inicial, uma vez que, como salienta Chateaubriand, é necessário distinguir entre dois usos dos conectivos, a saber, usos predicativos e usos sentenciais. Tal distinção pode ser ilustrada considerando a teoria das descrições de Russell e suas distinções de escopo. Na análise de Russell das descrições definidas, uma sentença como “o atual rei da França é calvo” – com “ F ” simbolizando “(atual) rei da França” e “ C ” simbolizando “calvo” – é analisada como:

$$(37) \exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge Cx).$$

Sob esta análise, a sentença é verdadeira se e somente se:

- (i) Existe um indivíduo que é rei da França;
- (ii) este indivíduo é único; e
- (iii) ele é calvo.

Se não existe um rei da França ou se existe mais de um rei da França, a sentença é falsa, assim como ela é falsa se existir um único indivíduo que é rei da França, mas não é calvo.

Porém, como formular a negação de “o atual rei da França é calvo”? Uma possibilidade é formular a negação daquela sentença como “o atual rei da França não é calvo”, o que poderia ser simbolizada como:

$$(38) \exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge \neg Cx).$$

Sob esta leitura, no entanto, caso não exista um indivíduo que seja rei da França, tanto (37) quanto (38) seriam falsas e, caso a última fosse a negação da

³⁰ Cf. CHATEAUBRIAND, 2001, p. 190 e 2007, §1. Uma análise semelhante também é proposta por Geach, cf. GEACH, 1950. Ambos se inspiram em concepções fregeanas sobre a análise em

primeira, a disjunção daquelas sentenças se constituiria em um contraexemplo ao princípio do terceiro excluído – algo que Russell pretende evitar. Isto nos deixa com a outra opção, a saber, formular a negação de “o atual rei da França é calvo” como “não é o caso que o atual rei da França é calvo”:

$$(39) \neg \exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge Cx).$$

Esta última sentença é verdadeira se e somente se uma das três condições (i)-(iii) acima – que constituem as condições de verdade de (37) – não são satisfeitas. Deste modo, (39) é verdadeira se e somente se (37) é falsa e vice-versa e, então, ela é a verdadeira negação daquela sentença.

Na análise de Russell, a diferença entre (38) e (39) – que faz com que a última, e não a primeira, seja a verdadeira negação de (37) – diz respeito à ocorrência da descrição definida e ao escopo da negação. Em (39), a negação é o operador mais externo da fórmula, atuando não apenas sobre o predicado “Cx”, mas sobre toda a fórmula (37) “ $\exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge Cx)$ ”. Em outras palavras, com aquela sentença – que pode ser lida como “não é o caso que $\exists x(Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge Cx)$ ” – negamos todo o enunciado. Assim, temos uma ocorrência secundária da descrição definida, pois ela ocorre dentro do escopo da negação. Em (38), por outro lado, temos uma ocorrência primária da descrição dado que ali o operador lógico principal é o quantificador existencial, que é parte da descrição definida, e a negação ocorre em seu escopo.

Tendo em mente a distinção entre sujeito e predicado (38) – com a ocorrência primária da descrição e a negação ocorrendo sob o escopo do quantificador existencial – essa pode ser simbolizada, usando a notação de Chateaubriand, como:

$$(38^*) [\exists xZx] (Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge \neg Cx)$$

Segundo esta interpretação, a sentença é uma predicação, tendo o quantificador existencial como predicado e a propriedade complexa $Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge \neg Cx$ como sujeito³¹. A negação, em (38*), não opera sobre uma proposição, porém age sobre a propriedade Cx. Note que mesmo em (38), i. e.,

termos de função e argumento.

³¹ Esta leitura é sugerida em CHATEAUBRIAND, 2001, p. 198, embora o exemplo analisado ali seja diferente. Deve-se ressaltar que há outras leituras possíveis de (38*) com a negação operando sobre “Cx”.

(38*) sem a aplicação da distinção sujeito-predicado, a negação é aplicada não a uma fórmula fechada, mas sim a uma fórmula aberta, a um predicado.

A sentença (39), com a ocorrência secundária da descrição, ficaria do seguinte modo:

$$(39*) [\neg\phi] ([\exists xZx] (Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge Cx))$$

Enquanto que em (38*) o predicado é o quantificador existencial e o sujeito é a propriedade $[Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge \neg Cx](x)$, em (39*) o predicado agora é a negação $\neg\phi$ e o sujeito é $[\exists xZx] (Fx \wedge \forall y(Fy \rightarrow x = y) \wedge Cx)$.

A distinção de Russell entre ocorrência primária e secundária das descrições definidas, da perspectiva da distinção sujeito-predicado adotada por Chateaubriand, parece envolver um *insight* acerca da distinção entre uma negação predicativa, que se aplica a predicados produzindo predicados negados – como $\neg Cx$, em (38*) – e uma negação proposicional, que se aplica a sentenças ou proposições³². Na negação predicativa de, por exemplo,

$$(40) [Fx] (a),$$

que fica como

$$(41) [\neg Fx] (a)$$

o sujeito permanece o mesmo. O predicado, no entanto, não é mais “F”, mas sim “ $\neg F$ ”: temos uma mudança de predicado, e não de sujeito. Já na negação sentencial de (40)

$$(42) [\neg\phi] ([Fx] (a))$$

tanto o sujeito quanto o predicado se alteram: o sujeito passa a ser a própria proposição $[Fx] (a)$, enquanto que o predicado é agora “ $\neg\phi$ ”³³.

No entanto, uma vez que a negação proposicional de um enunciado “p” é “*não é o caso que p*” ou “*não é verdade que p*”, a negação proposicional, como argumenta Chateaubriand, se mostra como um caso particular da negação aplicada ao predicado de verdade³⁴. Não temos, então, duas negações – uma predicativa e outra proposicional – mas sim uma única negação, que é a negação predicativa. Em outras palavras, a negação proposicional de “Fa”, na verdade, teria a forma de

³² Cf. CHATEAUBRIAND, 2001, p. 62

³³ Cf. CHATEAUBRIAND, 2001, p. 113.

³⁴ Cf. CHATEAUBRIAND, 2008a, p. 274-275.

(43) abaixo, onde o sujeito é a proposição $[Fx]$ (a) e o predicado é o predicado negado “ $\neg V\phi$ ”, i. e., não é verdade que ϕ :

$$(43) [\neg V\phi] ([Fx] (a))$$

Podemos falar, aqui, de dois usos da negação. Por um lado, temos um uso predicativo, no qual a negação é aplicada ao predicado da sentença. Por outro lado, temos um uso proposicional, no qual a negação é aplicada ao predicado de verdade, resultando em um predicado que não se aplica mais ao sujeito da sentença original, mas sim à própria proposição. O uso proposicional, não obstante, é um caso especial do uso predicativo.

Bem como toda negação é negação predicativa, também todos os demais conetivos proposicionais são, na verdade, operadores predicativos. Com relação a estes últimos distingue-se também entre usos predicativos e usos proposicionais. Podemos ilustrar estes dois usos por meio de uma sentença como (44) abaixo³⁵:

$$(44) \forall x (Fx \rightarrow Gx) \rightarrow Ga.$$

Em (44) temos duas ocorrências do condicional material. Na segunda ocorrência, o condicional opera sobre as sentenças (fórmulas fechadas) “ $\forall x (Fx \rightarrow Gx)$ ” e “ Ga ” e, por meio dele, afirmamos que se a primeira fórmula é verdadeira, então a segunda também é verdadeira:

$$(45) [V\phi \rightarrow V\varphi] (\forall x (Fx \rightarrow Gx), Ga)$$

Na primeira ocorrência, por sua vez, o condicional opera sobre os predicados “ F ” e “ G ” ou sobre as fórmulas abertas “ Fx ” e “ Gx ”. A situação é a mesma também com respeito à conjunção e à disjunção e bicondicional. “ $Fa \wedge Gb$ ” pode ser entendida ou como predicando “ $Fx \wedge Gy$ ” de a e b , ou como predicando “ $V\phi \wedge V\varphi$ ” acerca das proposições Fa e Gb . O enunciado “ $Fa \vee Gb$ ” pode ser entendido ou como predicando “ $Fx \vee Gy$ ” de a e b , ou como predicando “ $V\phi \vee V\varphi$ ” das proposições Fa e Ga ³⁶. O mesmo vale, também, para enunciados da forma “ $Fa \leftrightarrow Gb$ ”.

O problema referente a se existe, além dos operadores proposicionais, também operadores de predicado, e em particular, o problema sobre se, além da negação proposicional, há também negação predicativa recebe assim uma resposta radical. Os conetivos – negação, conjunção, condicional material, disjunção e bi-

³⁵ Um exemplo similar encontra-se em CHATEAUBRIAND, 2004b, p. 236.

condicional – são todos eles operadores de predicados. Como salienta Chateaubriand, longe de ser uma concepção excêntrica, esta é a posição presente no cálculo de predicados padrão:

É bastante claro que na lógica de predicados os conectivos possuem uma função dual. Por um lado, eles são usados como conectivos sentenciais que combinam sentenças em sentenças mais complexas e, por outro lado, eles são usados como operadores de predicado que combinam predicados em predicados mais complexos. Assim, na sentença

$$(46) \neg \forall x((\neg Fx \vee Gx) \rightarrow \neg Rx) \vee \neg \exists x(Fx \wedge Gx)$$

a primeira e a última ocorrência de “ $\neg$ ” e a segunda ocorrência de “ $\vee$ ” são operadores sentenciais, enquanto que a segunda e terceira ocorrências de “ $\neg$ ”, a primeira ocorrência de “ $\vee$ ” e as ocorrências de “ $\rightarrow$ ” e “ $\wedge$ ” são como operadores de predicado. Não há nada não usual nisto, e nós provamos todo tipo de teoremas tanto sobre conectivos sentenciais quanto sobre operadores de predicado. (Chateaubriand, 2004b, p. 235-236) [Alteramos a numeração da sentença para se manter de acordo com a nossa]³⁷

Que os conectivos sejam usados como operadores de predicado é algo que acaba sendo obscurecido, afirma Chateaubriand, pela fala sobre fórmulas abertas e pela consideração apenas de termos com denotação e, conseqüentemente, de sentenças que são ou verdadeiras ou falsas. Deste modo, em (46), a segunda e a terceira ocorrência da negação se dão sobre uma fórmula aberta e, assim, seguindo este modo de falar, a negação seria um operador sentencial. Porém, sentenças abertas são predicados: “ Fx ” e “ Gx ”, e não são expressões que possam ser verdadeiras ou falsas, mas sim são expressões que apenas podem ser satisfeitas ou não por certas entidades tomadas como valores da variável. Apesar das

³⁶ Não esgotamos, com isto, todas as leituras possíveis de “ $Fa \rightarrow Ga$ ”, “ $Fa \wedge Ga$ ” e “ $Fa \vee Ga$ ”.

³⁷ It is quite clear that in predicate logic that in the predicate logic the connectives have a dual function. On one hand they are used as sentential connectives that combine sentences into more complex sentences, and on the other hand they are used as predicate operators that combine predicates into more complex ones. Thus in the sentence (46) $\neg \forall x((\neg Fx \vee Gx) \rightarrow \neg Rx) \vee \neg \exists x(Fx \wedge Gx)$ the first and last occurrences of “ $\neg$ ” and the second occurrence of “ $\vee$ ” are sentential operators whereas the second and third occurrences of “ $\neg$ ”, the first occurrence of “ $\vee$ ” and the occurrences of “ $\rightarrow$ ” and “ $\wedge$ ” are predicate operators. There is nothing unusual about this, and we prove all sorts of theorems both about sentential connectives and about predicate operators.

aparências, portanto, aquelas ocorrências da negação são de fato ocorrências como operadores de predicado e não como conetivos sentenciais.³⁸

No caso específico da negação, argumenta-se comumente que a negação predicativa é equivalente à negação proposicional e que, desta maneira, toda negação é proposicional³⁹. No entanto, a chamada negação proposicional “ $\neg(Fa)$ ” lê-se como “*não é o caso que Fa*” ou “*não é verdade que Fa*”. A consideração apenas de sentenças ou verdadeiras ou falsas nos permite somente reduzir a negação predicativa a um caso especial desta, a negação do predicado de verdade.

Se considerarmos sentenças desprovidas de valor de verdade, a negação do predicado de verdade e a negação predicativa, de um modo geral, poderão ser distinguidas vero-funcionalmente. Desta maneira, se não existe um objeto que seja denotado por “*a*”, “*Fa*” não é nem verdadeira nem falsa. Sua negação sentencial (51), conseqüentemente, é verdadeira: ela diz que “*Fa*” – que não é verdadeira (nem falsa) – não é verdadeira. Porém, a negação predicativa daquele enunciado, bem como o enunciado original, não é nem verdadeira nem falsa, pois ela afirma que *a* é não-*F*. Como “*a*” não denota, o predicado “*não-F*” não se aplica e nem deixa de se aplicar ao objeto *a*, do mesmo modo que “*F*” não se aplica nem deixa de se aplicar ao objeto.

De modo geral, se não existe uma entidade *e* – se o termo singular correspondente não denota – nenhum predicado nem se aplicará nem deixará de se aplicar a esta entidade *e*, conseqüentemente, toda e qualquer sentença sobre esta entidade não será verdadeira nem falsa. Por exemplo, dado que “Sherlock Holmes” não denota, todas as sentenças abaixo serão nem verdadeiras nem falsas:

(50) [*x* é inglês] (Sherlock Holmes)

(50*) [*x* não é inglês] (Sherlock Holmes)

(51) [*x* é inglês e *x* gosta de chá] (Sherlock Holmes)

(51*) [não: *x* é inglês e *x* gosta de chá] (Sherlock Holmes)

(52) [*x* é inglês ou *x* gosta de chá] (Sherlock Holmes)

(52*) [não: *x* é inglês ou *x* gosta de chá] (Sherlock Holmes)

(53) [se *x* é inglês, então *x* é gosta de chá] (Sherlock Holmes)

(53*) [não: se *x* é inglês, então *x* é gosta de chá] (Sherlock Holmes)

³⁸ Cf. CHATEAUBRIAND, 2001, p. 198 – 204 e 2004b, p. 235.

³⁹ Uma argumentação nesta direção encontra-se, por exemplo, em VALLÉ, 2004a e 2004b.

Estas sentenças serão nem verdadeiras nem falsas também no caso de não existir uma propriedade correspondente a seus predicados. Uma vez que nenhuma das sentenças acima é verdadeira, a negação sentencial delas – “não é o caso/verdade que...” – será verdadeira. Como salientamos anteriormente, a negação sentencial de um enunciado p , na medida em que afirma “*não é o caso/verdade que p* ”, opera também sobre um predicado, a saber, “é o caso/é verdade que ϕ ”.

Podemos, conseqüentemente, formular a tabela de verdade dos dois usos da negação da seguinte maneira, onde “ $\neg p$ ” representa a negação do predicado de “ p ” – $[\neg P] (S) -$; “ $\neg Vp$ ” representa sua negação sentencial – $[\neg V\phi] ([P] (S)) -$; “0” significa “nem verdadeiro nem falso” e “V” e “F” devem ser entendidos como “o predicado é verdadeiro/falso do sujeito”:

Tabela 1: a tabela de verdade de “ $\neg$ ”

P	$\neg Vp$	$\neg p$
V	F	F
F	V	V
0	V	0

A distinção entre usos predicativos e usos proposicionais da negação, deste modo, não é aquela entre o uso da negação como um operador de predicados e o uso como um conetivo sentencial. Antes, como já afirmamos acima, ela é uma distinção entre uma negação que produz uma sentença que nega o predicado da sentença original e resulta em uma sentença sobre o mesmo sujeito da sentença que é negada, e outra que nega que a sentença original seja verdadeira, produzindo assim um enunciado sobre a proposição original. Tal é a distinção de Boole entre proposições primárias (proposições sobre entidades que não sejam proposições) e proposições secundárias (proposições sobre proposições)⁴⁰. Outro modo de formular a distinção é em termos de usos *de re* e usos *de dicto* da negação.

De maneira similar, as conjunções, disjunções e condicionais proposicionais correspondentes a (51) – (53) acima resultam em proposições secundárias ou *de dicto*, i. e., proposições sobre as proposições originais. Tal como ocorre com a negação sentencial, os demais operadores em seus usos proposicionais produzem sempre enunciados ou verdadeiros ou falsos, uma vez

que “é verdade que p ” e “não é verdade que p ” são sempre ou verdadeiros ou falsos. Podemos, então, formular a seguinte tabela de verdade para os operadores binários, onde “ $p \wedge q$ ”, “ $p \vee q$ ” e “ $p \rightarrow q$ ” e “ $\forall p \wedge \forall q$ ”, “ $\forall p \vee \forall q$ ” e “ $\forall p \rightarrow \forall q$ ” simbolizam usos predicativos dos conectivos:

Figura 2: as tabelas de verdade de “ $\wedge$ ”, “ $\vee$ ” e “ $\rightarrow$ ”.

p	q	$\forall p \wedge \forall q$	$p \wedge q$	$\forall p \vee \forall q$	$p \vee q$	$\forall p \rightarrow q$	$p \rightarrow q$
V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	F	F	V	V	F	F
V	0	F	0	V	0	F	0
F	V	F	F	V	V	V	V
F	F	F	F	F	F	V	V
F	0	F	0	F	0	V	0
0	V	F	0	V	0	V	0
0	F	F	0	F	0	V	0
0	0	F	0	F	0	V	0

As tabelas de verdade referentes aos usos predicativos dos operadores – tanto da negação quanto dos demais – correspondem aos sentidos fracos de Kleene e aos conectivos internos de Bochvar (tabelas 1 e 2 acima): sempre que um predicado F for nem verdadeiro nem falso de um objeto x , os predicados compostos por F com auxílio dos conectivos também não serão nem verdadeiros nem falsos sobre o objeto⁴¹. Desta maneira, o princípio do terceiro excluído falha para os operadores em seu uso predicativo. No entanto, este princípio é válido para os conectivos em seu uso proposicional, uma vez que todo enunciado (ou proposição) é ou verdadeiro ou não verdadeiro, i. e., ou falso ou então desprovido de valor de verdade e, por isto, não é verdadeiro⁴². Em outras palavras, considerando apenas os conectivos em seu uso proposicional, não há diferença formal entre falsidade e ausência de valor de verdade.

⁴⁰ A conexão entre esta interpretação das constantes lógicas e a distinção de Boole entre proposições primárias e secundárias é feita por Chateaubriand, cf. *ibidem* e também em 2008c, pp. 274-276.

⁴¹ Cf. KLEENE, 1952, §64 e BOCHVAR, 1937.

⁴² A situação, na verdade, é mais complexa, uma vez que podemos distinguir entre várias versões do terceiro excluído, dependendo de como interpretamos os usos dos conectivos em termos de usos predicativos ou proposicionais. Tratamos em mais detalhes destes aspectos no próximo capítulo.

2.4.

Proposições e propriedades complexas

Segundo a concepção defendida na seção anterior, não existem a rigor sentenças compostas, no sentido de sentenças compostas por outras sentenças a partir de conectivos. O que existem são sentenças com predicados complexos: predicados formados por outros predicados por meio de operadores lógicos. Podemos descrever o contraste entre a concepção padrão das sentenças com conectivos e a concepção defendida por nós da seguinte maneira. Na concepção padrão, um enunciado da forma “ $Fa \vee Fb$ ” possui uma estrutura lógica que diz respeito a como a sentença complexa é composta pelas sentenças atômicas “ Fa ” e “ Fb ”. A estruturação lógica é a estruturação da sentença como um todo, e não apenas de seu predicado.

Por outro lado, na concepção desenvolvida por Chateaubriand e adotada por nós, toda sentença possui a estrutura lógica de sujeito e predicado. Neste sentido, “ Fa ”, “ Gb ” e “ $Fa \vee Gb$ ” possuem a mesma estrutura lógica de sujeito e predicado: $[P] (S)$. A diferença estrutural entre aqueles enunciados diz respeito, isto sim, à forma lógica de seus predicados: enquanto que “ Fx ” e “ Gx ” são predicado simples ou atômicos, “ $Fx \vee Gy$ ” é um predicado logicamente complexo, composto por “ Fx ”, “ Gy ” e a disjunção. A forma lógica, que na concepção padrão diz respeito ao modo como a sentença é composta por outras sentenças, agora diz respeito a como o predicado (e também a expressão sujeito) é composto a partir de outros predicados e também a partir de termos singulares.

A validade das inferências passa a depender, nesta concepção, não propriamente da estrutura lógica dos enunciados – que é sempre a mesma, a de sujeito e predicado – mas sim da estruturação lógica dos predicados e dos sujeitos envolvidos nas premissas e na conclusão. A validade da inferência “se Sócrates é homem, então ele é mortal; Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal”, por exemplo, depende da estruturação lógica do predicado “se x é homem, então x é mortal”, como fica evidente quando a representamos distinguindo entre sujeito e predicado:

Inferência 1:

[se x é homem, então x é mortal] (Sócrates)

[x é homem] (Sócrates)

[x é mortal] (Sócrates).

O mesmo ocorre com uma inferência como “todo homem é mortal; Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal”:

Inferência 2:

[para todo x , se Zx , então Wx] (*ser homem, ser mortal*)

[x é homem] (Sócrates)

[x é mortal] (Sócrates).

No entanto, podemos interpretar a premissa “todo homem é mortal” em termos do predicado simples “para todo x , Zx ” e do sujeito complexo “se x é homem, então x é mortal”:

Inferência 2*:

[para todo x , Zx] (*se x é homem, então x é mortal*)

[x é homem] (Sócrates)

[x é mortal] (Sócrates).

Em 2*, a validade da inferência não depende apenas do predicado “para todo x , Zx ”, mas também da estruturação lógica do sujeito, que é a propriedade *se x é homem, então x é mortal*.

Como se torna patente neste último exemplo, a análise de sentenças compostas por conectivos lógicos, juntamente com a distinção entre sujeito e predicado, possui como consequência a aceitação de propriedades logicamente compostas. Uma vez que temos predicados lógicos – compostos pelos quantificadores – e predicados logicamente compostos, podemos nos perguntar pelas condições de aplicação destes predicados e, assim, concluir pela existência de propriedades lógicas e de propriedades logicamente compostas.

Parece, a primeira vista, que o fato de “todo homem é mortal” pode ser entendido como “[para todo x , Zx] (*se x é homem, então x é mortal*)” e garante a existência de propriedades condicionais. Apela-se simplesmente para o fato de ser verdade que todo homem é mortal e que, portanto, esta sentença nos compromete com a existência de seu sujeito, a propriedade condicional *se x é homem, então x é mortal*. No entanto, usando um predicado conjuntivo como exemplo, pode-se argumentar que o critério de aplicação de um predicado composto da forma “ Fx e Gx ” é tal que o predicado se aplica a algo se e somente se este objeto instancia

ambas as propriedades Fx e Gx . Não temos, portanto, uma propriedade conjuntiva além das propriedades Fx e Gx que sirva como condição de aplicação do predicado, mas sim contamos com duas propriedades cuja instânciação é necessária para que seja correto aplicar o predicado. De maneira similar, não existe além das propriedades *ser F* e *ser G* uma propriedade condicional *se Fx então Gx* que seja a condição de aplicação de “se Fx então Gx ”.

Tanto no caso do predicado condicional quanto no caso do predicado conjuntivo, há uma combinação dos critérios de aplicação dos predicados componentes. Não obstante, não existem condições de aplicação – propriedades – que possam ser entendidas como a combinação das condições de aplicação dos predicados componentes e que se constituam em propriedades complexas. Em outras palavras, não há nenhuma diferença entre uma situação S na qual “ Fx e Gx ” se aplica a um objeto a e outra situação S^* na qual o predicado não se aplica, além do fato de a instanciar ambas as propriedades em uma situação e não instanciar uma delas na outra.

O argumento contra propriedades compostas formulado acima é uma variante e um argumento considerado por Meixner⁴³. Segundo este argumento, poderemos ‘eliminar’ propriedades complexas em favor das propriedades que as constituem, por meio das seguintes cláusulas:

(54) Um objeto x instancia $Fx \wedge Gx$ se e somente se x instancia Fx e também instancia Gx .

(55) Um objeto x instancia $Fx \vee Gx$ se e somente se x instancia Fx ou instancia Gx .

(56) Um objeto x instancia $\neg Fx$ se e somente se x não instancia Fx .

Embora Meixner, neste mesmo artigo, defenda a existência de propriedades compostas, ele observa que estas regras são suficientes para “fazer desaparecer qualquer ocorrência de propriedades conjuntivas, disjuntivas e negativas em contextos de primeira ordem”⁴⁴. No entanto, como entender as frases “ x instancia Fx e instancia Gx ”, “ x instancia Fx ou instancia Gx ” e “ x não

⁴³ Cf. MEIXNER, 1992, p. 28.

⁴⁴ Assim como Schnieder (cf. 2004, pp. 236 – 237), Meixner parece defender a tese de que apenas termos singulares abstratos como “a propriedade Fx ” nos comprometem com a existência de propriedades. Estes autores não explicam, porém, como é possível que o termo singular “a propriedade Fx ” possa nos comprometer com a existência de uma propriedade, se o predicado

instancia Fx ”? Aparentemente, apenas substitui-se, por exemplo, a propriedade negada $\neg Fx$ pela propriedade negada x *não instancia* Fx , que é ainda uma propriedade de primeira ordem, e não uma relação de segunda ordem como x *não instancia* Zx .

Pode-se alegar que a expressão “ x instancia Fx ” não deva ser tomada com ‘seriedade ontológica’, i. e., correspondendo a uma propriedade envolvendo a propriedade de instanciação, pois, como mostra o regresso de Bradley, a relação de instanciação é uma pseudorelação ou uma ligação (*tie*) não relacional. Porém, como salienta Chateaubriand devemos distinguir entre um regresso entendido em termos da compreensão da sentença “ a é F ” e um regresso ontológico em termos da relação de instanciação⁴⁵. O regresso semântico implicaria que a compreensão desta sentença pressupõe a compreensão de “ a instancia F ”, que por sua vez pressupõe a compreensão de “ a e F instanciam x instancia Z ”, e assim *ad infinitum*. Este é facilmente evitado na medida em que concebemos o verbo ser como parte do predicado, e não como um predicado relacional, e entendemos termo singular e predicado como desempenhando funções distintas e complementares.

O regresso ontológico, por sua vez, resulta em uma hierarquia infinita de relações de instanciação, bem como a definição de conjunto em termos do conjunto vazio e da relação *ser conjunto de* resulta em uma hierarquia infinita de conjuntos. Em ambos os casos, o ‘regresso’ não é de modo algum problemático e, portanto, temos tantas razões para negar a seriedade ontológica de “ x instancia Z ” quanto temos para negar a seriedade ontológica de “ x é o conjunto de y ”. Consequentemente, (54) – (56) não eliminam propriedades complexas, mas sim definem suas condições de instanciação em termos de outras propriedades igualmente complexas, a saber, propriedades das formas x *instancia* Zx e *instancia* Wx , x *instancia* Zx ou *instancia* Wx e x *não instancia* Zx , onde os operadores atuam sobre a relação de instanciação.

No entanto, mesmo supondo que não haja uma propriedade de instanciação, a tese de que não existem propriedades compostas além das propriedades que as compõem se mostra problemática. Se não existem além de Fx

“ Fx ” – cuja compreensão é pressuposta pela compreensão do termo singular – não traz consigo este comprometimento.

⁴⁵ Comunicação pessoal.

e Gx as propriedades complexas *se Fx então Gx* e *ser Fx e Gx* , então os predicados “ Fx e Gx ” e “*se Fx então Gx* ” têm as mesmas condições de aplicação, a saber, a instanciação das propriedades F e G . Como consequência, um objeto satisfaz “ Fx e Gx ” se e somente se ele também satisfaz “*se Fx então Gx* ”, o que, obviamente, não é o caso. Um problema similar surge quando tentamos ‘eliminar’ propriedades negadas alegando que a propriedade correspondente a um predicado negado “ $\neg Fx$ ” é simplesmente a propriedade Fx . Neste caso, as condições de aplicação dos predicados “ Fx ” e “ $\neg Fx$ ” seriam idênticas, o que é absurdo.

Para distinguir as condições de aplicação de “ Fx e Gx ” e “*se Fx então Gx* ”, é necessário assumir que ao menos um dos predicados compostos corresponde a uma propriedade composta. Podemos então sustentar que existem propriedades condicionais (e também propriedades disjuntivas e bicondicionais), embora não existam propriedades conjuntivas. Segundo esta concepção, a condição de aplicação do predicado condicional se distingue da condição do predicado conjuntivo, pois a primeira é a propriedade condicional *se Fx então Gx* , enquanto que as condições do predicado conjuntivo são as duas propriedades Fx e Gx . Porém, coloca-se o problema de distinguir as condições de aplicação de “ Fx e Gx ” daquelas de “ Fx e Gy ”. Se não existem propriedades conjuntivas, ambos os predicados possuem as mesmas condições de aplicação, a saber, instanciar *ser F* e instanciar *ser G* .

Outro argumento contra propriedades compostas é fornecido por Mellor:

Suponhamos que elas existam, i. e., que existam propriedades U , V , e W tais que $\neg Fx = U$, $Fx \vee Gx = V$ e $Fx \wedge Qx = W$. Então Ua e $\neg Fa$, por exemplo, são o mesmo fato. No entanto, eles não podem ser o mesmo fato dado que possuem diferentes constituintes: o primeiro contendo U mas não contendo F , o segundo contendo F mas não contendo U . E algo similar vale para Va e $Fx \vee Gx$, e para Wa e $Fx \wedge Gx$. Assim, não existem as propriedades como U , V , and W – o que, não significa negar que existam os predicados “ U ”, “ V ” e “ W ”. (Mellor, 1992, p. 264) [a notação de Mellor foi alterada para seguir a utilizada por nós] ⁴⁶.

⁴⁶ For suppose that there are, i. e., that there are properties U , V , and W such that $\neg Fx = U$, $Fx \vee Gx = V$, and $Fx \wedge Qx = W$. Then Ua and $\neg Fa$, for example, are the very same fact. But they cannot be, because they have different constituents: the first containing U but not F , the second F but not U . And similarly for Va and $Fx \vee Gx$, and for Wa and $Fx \wedge Gx$. So there are no such

Há um problema básico com este argumento: se os estados de coisas Ua e $\neg Fa$ são idênticos, então ou é falso que Ua não contém F ou é falso que $\neg Fa$ contém F , da mesma maneira que se $a = b$ então é falso que Ua não contém b . Mellor parece confundir os estados de coisas designados por “ Ua ” e por “ $\neg Fa$ ” com as expressões linguísticas usadas para designá-los. Não obstante, dado que $Ua = \neg Fa$, parece que temos as mesmas razões para dizer que o estado de coisas é composto pela propriedade negada $\neg Fx$ ou dizer que ele é composto pela propriedade não negada Ux . Em outras palavras, o simples fato da expressão predicado ser formada pelo signo de negação não implica que a propriedade correspondente é uma propriedade negada.

Podemos tornar este aspecto mais claro, considerando uma situação descrita por Ayer em *Negation*⁴⁷. Em português, a compreensão de “ x é não-azul” pressupõe a compreensão de “ x é azul” e da negação. Desta perspectiva, podemos afirmar que a propriedade correspondente a “ x é não-azul” é uma propriedade negada, enquanto que aquela correspondente a “ x é azul” é uma propriedade positiva. Porém, podemos imaginar uma linguagem que possua apenas dois predicados de cor, “ x é luzu” e sua negação, “ x é não-luzu”, e tal que “ x é luzu” se aplica a algo se e somente se este algo não é azul, e “ x é não luzu” se aplica somente se o objeto é azul. Da perspectiva desta linguagem, a propriedade que nós, falantes do português, chamamos de *não-azul – luzu* – é positiva e *azul – não-luzu* – é uma propriedade negada, e os usuários desta linguagem diriam que “ x é azul” se aplica a algo se e somente se este algo é não-luzu.

Um problema semelhante também afeta as noções de propriedade conjuntiva, disjuntiva e condicional. Dado que $Fx \wedge Gx$ é equivalente a $\neg(\neg Fx \vee \neg Gx)$, $Fx \wedge Gx$, seria uma propriedade conjuntiva ou uma propriedade disjuntiva negada? Assim como no caso da negação, podemos imaginar uma linguagem que não contenha nenhum signo para a conjunção e, da perspectiva desta linguagem, a propriedade que chamamos de $Fx \wedge Gx$ seria chamada de $\neg(\neg Fx \vee \neg Gx)$ sendo, portanto, uma propriedade disjuntiva negada e não uma propriedade conjuntiva. Mellor parece ter razão, então, ao afirmar que F não é um constituinte do fato Ua – onde $U = F \neg$, não por não existirem propriedades negadas, mas sim porque a

properties as U, V, and W – which is not of course to deny the existence of the predicates “U”, “V”, and “W”.

relação entre $\neg F$ e sua contraparte positiva F não é aquela de parte todo ou de constituição: a propriedade negada não é constituída ou composta pela propriedade positiva e a negação e nem contém a propriedade positiva F .

A relação entre as propriedades Fx e Gx e as propriedades definidas a partir destas por meio das constantes lógicas é mais bem similar àquela entre os conjuntos A e B e os outros conjuntos que podemos definir a partir deles por meio de complemento, união e intersecção. Os conjuntos A e B não são partes ou constituintes dos conjuntos $A \cap B$ e $A \cup B$ e $A \subset B$, e o conjunto A não é parte de seu complemento $\bar{A}$, e nem $A \cap B$ e $A \subset B$ são partes de B . Que, por exemplo, C seja a união de A e B não significa que A é parte de C , mas sim que C se relaciona com A de tal modo que, para todo x , se $x \in A$ então $x \in C$.

Bem como não existem conjuntos ontologicamente compostos a partir das operações de intersecção, união e complemento, também não existem propriedades ontologicamente compostas por conjunção, disjunção, condicional e negação e propriedades atômicas. Os operadores lógicos, de modo similar às operações conjuntistas, não dizem respeito à constituição ontológica das propriedades, mas sim às suas relações. Que $\neg F$ seja uma propriedade negada significa que esta propriedade mantém a relação *Z é a negação de W* com F , e não que F seja uma parte ou um constituinte de $\neg F$. Que $Fx \wedge Gx$ é a conjunção de Fx e Gx , por sua vez, significa que esta propriedade mantém a relação *Z é a conjunção de W e X* com as propriedades F e G .

Da mesma maneira que não podemos concluir do fato de “ x é pai” ser um predicado monádico que a propriedade correspondente é também uma propriedade monádica, não podemos concluir do fato de “ $Fx \wedge Gx$ ” ser um predicado composto que a propriedade correspondente é igualmente composta. A diferença entre uma situação na qual “ x é pai” se aplica a um objeto a e outra na qual este mesmo predicado não se aplica a este objeto diz respeito ao fato de que, na primeira situação, a mantém a relação *ser pai de* com algum outro objeto. De maneira similar, a diferença entre uma situação na qual “ $Fx \wedge Gx$ ” se aplica a um objeto a e outra na qual o predicado não se aplica diz respeito ao fato do objeto a instanciar a propriedade que é instanciada por algo se e somente se este algo

⁴⁷ AYER, 1950, pp. 806 – 807

instancia ambas as propriedades Fx e Gx . Em outras palavras, “ $Fx \wedge Gx$ ” se aplica a um objeto se e somente se este objeto instancia a *conjunção de Fx e Gx* .

A análise que propomos de sentenças complexas não nos compromete, portanto, com a existência de propriedades complexas no sentido mereológico do termo: propriedades compostas por outras propriedades. Antes, nos comprometemos com a existência de propriedades que mantêm relações lógicas de negação, conjunção, disjunção e implicação material com outras propriedades. Isto não significa que os signos “ $\neg$ ”, “ $\vee$ ”, “ $\wedge$ ” e “ $\rightarrow$ ” sejam predicados relacionais. Tais signos são operadores que formam predicados complexos a partir de outros predicados. Uma característica dos predicados formados pela aplicação dos operadores é que, por exemplo, a condição de aplicação de “ $Fx \vee Gy$ ” será aquela propriedade que é a disjunção das propriedades correspondentes aos predicados componentes. Podemos, então, formar os predicados complexos “ Z é a disjunção de W e X ”, “ Z é a conjunção de W e X ”, “ Z é a negação de W ”, etc., que, bem como “para todo x , Zx ” e “existe um x tal que Zx ”, correspondem a propriedades lógicas. De um ponto de vista ontológico, porém, negação, disjunção, conjunção e condicional são relações lógicas.

Esta concepção se aplica também aos usos sentenciais dos operadores lógicos, nos quais formamos predicados complexos a partir do predicado de verdade. Assim, cada uma das sentenças abaixo parece envolver predicados de verdade diferentes, dependendo de sua aridade:

$$(57) [V\phi] (p)$$

$$(58) [V\phi \vee V\phi] (p, q)$$

$$(59) [V\phi \vee (V\phi \wedge V\sigma)] (p, q, r).$$

A cada um destes predicados, por sua vez, corresponde uma propriedade diferente. Ao predicado de (57), corresponde a propriedade *unária* de verdade $V\phi$. Ao predicado de (58), corresponde a propriedade *diádica* de verdade $V\phi \rightarrow V\phi$, que é a implicação de $V\phi$ por ela mesma. Ao predicado de (59), por sua vez, corresponde a propriedade *triádica* de verdade $V\phi \vee (V\phi \wedge V\sigma)$. Podemos, agora, falar de uma propriedade de verdade correspondendo a predicados da forma “ $V\phi$ ” e de relações de verdade correspondendo aos predicados complexos $n>1$ -ários, formados a partir do predicado unário de verdade, relações estas que são definidas pelos axiomas da lógica proposicional.

A consideração dos usos proposicionais dos conectivos traz à tona um novo comprometimento ontológico, desta vez com proposições. Podemos fazer uma analogia entre, por um lado, predicados e propriedades como suas condições de aplicação e, por outro, entre sentenças e proposições como suas condições de verdade. Desta maneira, bem como um predicado possui *condições de aplicação*, sentenças possuem condições de verdade. Também podemos falar do critério de verdade de uma sentença. O critério de verdade é uma característica da sentença, suas condições de verdade são condições que a realidade (ou as entidades pressupostas pela sentença) deve satisfazer para que a sentença seja verdadeira.

A distinção entre critério e condição se torna mais clara considerando a formulação linguística de critérios/condições de aplicação e suas leituras em termos de sujeito e predicado. Simbolizando “(o predicado) “Z” se aplica a x” como “A(“Z”, x), o critério de aplicação de um predicado “F” pode ser formulado como (60), que pode ser lida como (61) e (62) abaixo:

$$(60) \forall x (A(F, x) \leftrightarrow Fx)$$

$$(61) [\forall x A(\text{“Z”}, x) \leftrightarrow Fx] (\text{“F”})$$

$$(62) [\forall x A(\text{“F”}, x) \leftrightarrow Zx] (F)$$

A sentença (61) expressa propriamente o critério de aplicação do predicado “F”: ela nos diz que o predicado é tal que ele se aplica a um objeto se e somente se este objeto é *F*. Segundo Chateaubriand, podemos conceber a propriedade $[\forall x A(\text{“Z”}, x) \leftrightarrow Fx]$ (“Z”) como sendo o significado do predicado “F” (e de todos os outros predicados sinônimos a ele). Esta propriedade é derivada do modo de uso dos signos – uma expressão instancia a propriedade se e somente se ela é usada de tal modo que ela instancia a propriedade – e que nos permitem afirmar que o uso de “F” feito por mim é/não é o mesmo que o uso feito por outra pessoa⁴⁸. Compreender o significado de “F”, sob esta concepção, é simplesmente o modo de uso de “F” e, como a propriedade complexa não é composta pelas

⁴⁸ Cf. CHATEAUBRIAND, 2005, pp. 23 – 29. Nossa concepção, porém, talvez não reflita uma interpretação fiel das concepções de Chateaubriand, sendo antes um desenvolvimento alternativo de suas teses sobre significado. Para uma exposição das concepções de Chateaubriand sobre significado, cf. ESQUISABEL, 2008. Como observa Esquisabel, “las ideas de Chateaubriand parece apuntar a una reinterpretación de la concepción wittgensteiniana del significado como uso sin la necesidad de apelar al concepto de regla” (p. 404). Em sua resposta ao artigo de Esquisabel, Chateaubriand afirma: the idea is simply that the way words (phrases, sentences, etc.) are used by a community determine the identity conditions for their use, and that these objective identity conditions are their meanings (CHATEAUBRIAND, 2008, p. 415). O que procuramos fazer aqui é radicalizar esta interpretação de Wittgenstein.

propriedades componentes, a compreensão do significado do predicado não pressupõe a compreensão da propriedade F .

A sentença (62), por sua vez, afirma que F é uma propriedade que é tal que o predicado “ F ” se aplica a um objeto se e somente se este objeto é (instancia a propriedade) F . Deste modo, (62) fornece a condição de aplicação do predicado “ F ”: que ele se aplica a um objeto se e somente se este objeto é F . A partir disto, obtemos um sentido da propriedade, a saber: a propriedade Z que é tal que “ F ” se aplica a um objeto x se e somente se este objeto é Z – $[\forall x A(\text{“}F\text{”}, x) \leftrightarrow Zx]$ (Z). Este sentido de F , assim como o significado do predicado, é derivado do modo como usamos “ F ”, pois é o fato de usarmos o predicado do modo como o usamos que nos permite identificar uma propriedade como sendo a propriedade que é a condição de aplicação do predicado.

Agora, como entender as condições de verdade de, digamos, o enunciado “ Fa ”? Como propõe Chateaubriand, uma proposição é o sentido (ontológico) de um estado de coisas. Uma sentença é verdadeira se e somente se seu predicado se aplica à entidade identificada pelo sujeito, e o predicado se aplica a uma entidade se e somente se esta entidade satisfaz a condição de aplicação do predicado. Consequentemente, um enunciado é verdadeiro se e somente se existe o estado de coisas correspondente, que consiste na instanciação da propriedade correspondente ao predicado pela entidade identificada pela expressão sujeito. Em outras palavras, a sentença é verdadeira se e somente se a propriedade correspondente ao predicado e o objeto identificado pelo termo singular formam um estado de coisas.

A noção de estado de coisas é problemática na medida em que não é nada claro o que significa instanciar uma propriedade e como podemos identificar um estado de coisas independentemente de conhecermos a verdade de uma proposição. Consequentemente, estados de coisas parecem ser proposições verdadeiras. Contudo, tem sentido falar que uma proposição é sobre isto ou aquilo, enquanto que não tem sentido afirmar o mesmo de estados de coisas. Proposições existem independentemente de serem verdadeiras ou falsas, o mesmo não ocorrendo com estados de coisas. Embora não tenhamos com clareza o que são estados de coisas, parece-nos implausível que os mesmos sejam proposições verdadeiras, e a impossibilidade de identificarmos estados de coisas sem ser através de proposições verdadeiras nos parece indicar apenas que saber que uma

proposição é verdadeira envolve essencialmente identificar o estado de coisas correspondente.

Quanto à noção de instanciiação, se pretendemos *esclarecer* o que significa aplicar corretamente um predicado a um objeto ou o que significa que “*Fa*” seja verdadeira recorrendo à instanciiação, então caímos no mesmo problema apontado com respeito à concepção objetivista. Somente podemos esclarecer – explicar – o que significa “*a* instancia *F*”, pressupondo a compreensão prévia do que significa afirmar que “*Fa*” é verdadeira. Ao tentar seguir o caminho inverso, nos vemos em uma situação na qual esclarecemos as condições de verdade de sentenças predicativas por meio da noção de instanciiação. Esta última, porém, é uma noção técnica filosófica que, de um modo geral, é introduzida justamente com base em nossa compreensão de sentenças predicativas e somente pode ser compreendida com relação a uma compreensão destas. Em outras palavras, o único modo de esclarecer o significado de “*a* instancia *F*” é dizendo que *a* instancia *F* se e somente se *a* é *F* (se e somente se *é verdade que a é F*).

Agora, podemos esclarecer as condições de verdade de um enunciado “[*P*] (*S*)” afirmando que ele é verdadeiro se e somente se o predicado “[*P*] (*X*)” se aplica (corretamente) ao ente identificado pela expressão sujeito “*S*”. Dadas as relações entre a correção da aplicação de predicados e a instanciiação de propriedades, “[*P*] (*S*)” é verdadeiro se e somente se a propriedade correspondente ao predicado “[*P*] (*X*)” é instanciada pelo ente identificado pela expressão sujeito “*S*”. Se entendermos estados de coisas como a instanciiação de uma propriedade pelas entidades propriedades, isto significará que o enunciado é verdadeiro se e somente se existir o estado de coisas que é a instanciiação da propriedade correspondente ao predicado pelo ente identificado pelo sujeito.

No entanto, ao afirmar que “[*P*] (*S*)” é verdadeira se e somente se a entidade correspondente ao sujeito instancia a propriedade correspondente ao predicado, não estamos esclarecendo o significado ou as condições de verdade de sentenças predicativas. Antes, introduzimos um termo técnico – “instanciiação” – para *explicitar* um aspecto das noções de verdade e de correção da aplicação de predicados, a saber, que estas são relações objetivas entre o âmbito linguístico e normativo ao qual pertence “[*P*] (*S*)” e o âmbito não linguístico e não normativo com relação ao qual avaliamos o enunciado. Desta forma, uma caracterização de verdade em termos de estados de coisas e instanciiação, por um lado, esclarece o

sentido das noções de estado de coisas e instanciação. Por outro lado, tal caracterização explicita algo que compreendemos de antemão sobre as noções de verdade e de correção da aplicação de predicados. Assim, obviamente, a noção de proposição somente pode ser esclarecida recorrendo à noção de enunciado e às noções de instanciação e, principalmente, as noções de estados de coisas, somente podem ser elucidadas recorrendo à noção de verdade, seja aplicada a proposições, seja aplicada a enunciados. Contudo, isto não é problemático, dado que não pretendemos esclarecer a verdade e a correção da aplicação de predicados por meio de estados de coisas e da relação de instanciação.

Retornando às noções de proposição e estado de coisas, o sentido de um estado de coisas é uma propriedade identificadora do estado de coisas. No caso de “*Fa*”, esta propriedade pode ser pensada como a propriedade unívoca *a instanciação de F por a*, que pode ser analisada em termos da propriedade de instanciação e dos sentidos da propriedade *F* e do objeto *a*. Esta propriedade – *a instanciação de F por a* – é a proposição correspondente à sentença “*Fa*”. Tal é a concepção de proposições sustentada por Chateaubriand, a partir de sua reformulação da noção fregeana de sentido:

Se sentenças denotam valores de verdade e um sentido é uma maneira de apresentação, então o sentido expresso por uma sentença deve ser a maneira na qual ela apresenta seu valor de verdade. Esta é a ideia de que o sentido expresso por uma sentença é a condição de verdade para a sentença. (Chateaubriand, 2001, p. 420)⁴⁹

Substituindo os valores de verdade fregeanos pelos estados de coisas de Chateaubriand, temos que o sentido expresso por uma sentença – suas condições de verdade – é o modo como, por meio daquela sentença, apresentamos o estado de coisas cuja existência a torna verdadeira.

Convém introduzir neste momento a notação de Chateaubriand para representar as análises em termos de sujeito e predicado. Sua notação difere da notação lógica usual pela noção de predicado, que busca capturar a noção de expressão predicado, e pela introdução de uma noção de sentença que não é de

⁴⁹ If sentences denote truth values and a sense is a manner of presentation, then the sense expressed by a sentence should be the manner in which it presents its truth value. This is the idea that the sense expressed by a sentence are the truth conditions for the sentence.

fórmula fechada. As noções de predicado e de sentença de primeira e segunda ordem são definidas do seguinte modo:

- (i) Para $n > 0$, um predicado n -ário de primeira ordem é uma expressão da forma $[\varphi] (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$, onde φ é uma fórmula cujas únicas variáveis individuais livres são $\alpha_1, \dots, \alpha_n$;
- (ii) Para $m > 0$ e $n \geq 0$, um predicado $m+n$ -ário de segunda ordem é uma expressão da forma $[\varphi] (\rho_1, \dots, \rho_m, \alpha_1, \dots, \alpha_n)$, onde φ é uma fórmula cujas únicas variáveis livres de predicado são $\rho_1, \dots, \rho_m$ e cujas únicas variáveis individuais livres são $\alpha_1, \dots, \alpha_n$;
- (iii) Uma sentença de primeira ordem é uma expressão da forma $[\upsilon] (\beta_1, \dots, \beta_n)$, onde υ é um predicado n -ário de primeira ordem e $\beta_1, \dots, \beta_n$ são constantes individuais;
- (iv) Uma sentença de segunda ordem é uma expressão da forma $[\upsilon] (\pi_1, \dots, \pi_m, \beta_1, \dots, \beta_n)$, onde υ é um predicado $m+n$ -ário de segunda ordem, $\pi_1, \dots, \pi_m$ são predicados de primeira ordem da mesma aridade das variáveis correspondentes em υ e $\beta_1, \dots, \beta_n$ que são constantes individuais⁵⁰.

Predicados logicamente unívocos são representados por meio de expressões da forma “ $[!ZX^2Z] (Z)$ ” e “ $[!xZx](x)$ ” – respectivamente, “o Z tal que X^2Z ” e “o x tal que Zx ”. Além disso, podemos representar o estado de coisas composto pela propriedade n -ária Z e os objetos $x_1, \dots, x_n$ como $\langle Z, x_1, \dots, x_n \rangle$ – a instanciação da propriedade pelos objetos – e, conseqüentemente, representar predicados (e propriedades) de estados de coisas como $[\Phi Z, x_1, \dots, x_n] (\langle Z, x_1, \dots, x_n \rangle)$.

Supondo que os sentidos de F e de a sejam, respectivamente, a propriedade unária de segunda ordem $[!ZF^2Z] (Z)$ e a propriedade unária de primeira ordem $[!xAx] (x)$, e representando a instanciação de Z e x pela justaposição das variáveis – Zx – o sentido da instanciação de F por a seria a propriedade (63):

$$(63) \quad [![ZF^2Z] (Z) \wedge [!xAx](x) \wedge Zx] (\langle Z, x \rangle)^{51}$$

⁵⁰ Cf. CHATEAUBRIAND, 2001, pp. 189-190.

⁵¹ Cf. ibidem, p. 397.

Esta propriedade, se instanciada, é instanciada por uma única entidade, a saber, o estado de coisas que consiste na instanciação da propriedade F pelo objeto a e, se (63) é instanciada, então a sentença “ Fa ” é verdadeira. Sendo assim, as condições de verdade de “ Fa ” são expressas do seguinte modo:

(64) “ Fa ” é verdadeira se e somente se existe o estado de coisas que consiste na instanciação da propriedade correspondente a “ F ” pelo objeto identificado por “ a ”.

O lado direito do bicondicional é uma sentença quantificada que afirma, sobre a propriedade *ser o estado de coisas tal-e-tal*, que ela é instanciada. Chateaubriand concebe proposições como entidades independentes da linguagem e, neste sentido, como entidades não-linguísticas⁵². No entanto, podemos formular também uma noção linguística de proposição, no sentido de uma noção de proposição dependente da linguagem. Deste modo, podemos definir o sentido do estado de coisas usando a propriedade $[!Z(\forall x A(\text{“}F\text{”}, x) \leftrightarrow Zx)] (Z)$ que, como afirmamos acima, é um sentido da propriedade F que a identifica como sendo a condição de aplicação do predicado. Além disso, a propriedade *ser o objeto identificado por “ a ”* é também um sentido do objeto a : $[!xId(\text{“}a\text{”}, x)] (x)$. Consequentemente, a proposição correspondente à “ Fa ” seria a propriedade (64) abaixo:

(64) $[![Z(\forall x A(\text{“}F\text{”}, x) \leftrightarrow Zx)] (Z) \wedge [!xId(\text{“}a\text{”}, x)] (x) \wedge Zx] (<Z, x>)$.

A razão pela qual a propriedade (64) pode ser preferida como sendo a proposição expressa pela sentença “ Fa ”, contra a concepção de proposições como independentes da linguagem, é que esta é simplesmente uma formalização da propriedade mencionada no lado direito do bicondicional em (63). Além disso, há uma conexão imediata entre o enunciado “ Fa ” e os sentidos da propriedade F e do objeto a concebidos como em (64), uma vez que estes são relativos aos signos que compõem o enunciado. Em outras palavras, basta compreender as condições de aplicação do predicado e como identificar o objeto denotado pelo termo singular que, com isto, compreende-se qual é a proposição expressa por “ Fa ”. Com respeito à concepção não linguística ou ontológica, além disso, é necessário saber qual é o sentido codificado pelo predicado “ F ”, sentido este que não pode ser entendido como sendo $[!Z(\forall x A(\text{“}F\text{”}, x) \leftrightarrow Zx)] (Z)$. Parece, então, que algo mais

⁵² Cf. *ibidem*, p. 378.

deve ser compreendido para que se compreenda a proposição correspondente a um enunciado além das condições de aplicação do predicado e de qual é o objeto correspondente ao termo singular.

O aspecto que acabamos de mencionar não tem por consequência a inviabilidade da noção não linguística de proposição. Antes, ele salienta um segundo sentido no qual a concepção de proposição de Chateaubriand é não linguística. Neste segundo sentido, compreender o significado de um enunciado, i. e., compreender as condições de aplicação do predicado e qual é o objeto denotado pelo termo singular, não é o mesmo que compreender qual é a proposição (ontológica) correspondente. Podemos, no entanto, subsumir tanto a noção ontológica e independente da linguagem de proposição quanto a noção linguística sob uma noção ampla de proposição. Proposições em sentido amplo são propriedades da forma $[!ZF^2Z](Z) \wedge [!xAx](x) \wedge Zx$ ($\langle Z, x \rangle$), onde as propriedades $[!ZF^2Z](Z)$ e $[!xAx](x)$ podem ser independentes da linguagem ou não. As proposições expressas linguisticamente, que podem ser identificadas com o significado das sentenças, são aquelas onde $[!ZF^2Z](Z)$ e $[!xAx](x)$ são dependentes da linguagem. As proposições independentes da linguagem são aquelas que envolvem apenas sentidos também independentes da linguagem.

A razão para mantermos ambas as noções de proposição é que, enquanto a noção linguística parece ser adequada como uma noção de significado sentencial, ela é por isto mesmo inadequada para abranger as proposições da lógica proposicional. Sendo a lógica uma teoria das propriedades lógicas, ela é independente da linguagem. Assim, as proposições da lógica proposicional também devem ser independentes da linguagem e, consequentemente, tais proposições são proposições não linguísticas, como proposto por Chateaubriand.